



FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Requalificação do Espaço do Hospital Miguel Bombarda

“A estruturação do vazio como elemento reunificante ao rio”

Francisco José da Encarnação Canha #20091391
(Licenciado)

Dissertação / Projeto para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura
(Mestrado Integrado em Arquitetura)

Orientador:

Professor Doutor Paulo Pereira Almeida

Júri:

Presidente

Professora Doutora Isabel Maria Augusto Sousa Rosa

Vogais

Professor Doutor Miguel Calado Baptista Bastos

Professor Doutor Paulo Pereira Almeida

Lisboa, FAUL, Novembro, 2015

RESUMO

O trabalho Final de Mestrado proposto incide sobre a área do Hospital Miguel Bombarda. Esta área de intervenção resulta de um tema proposto em seminário e devido à sua dimensão física permite uma abordagem de desenho urbano e arquitetónico. A abordagem parte da premissa da descativação do Hospital e a respetiva absorção dessa área pela cidade.

Devido ao uso prévio do local mas também pela orografia presente a área de intervenção não tem uma ligação á cidade nos seus quatro quadrantes. A sua posição elevada na colina, porém, potencia uma ligação visual ao rio e à cidade, que se encontra por explorar.

O trabalho proposto, que consistirá numa proposta de requalificação da zona e no desenvolvimento de um objeto arquitetónico ai integrado, tem como objetivo a exploração da ligação física e visual ao resto da cidade assim como ao rio. Pretende-se alcançar este objetivo através da manipulação dos vazios assim como na reinterpretação da orografia do local, na sua expressão topográfica e construída.

No âmbito do trabalho, duas escalas de estudo evidenciam-se: a urbana e a arquitetónica. Ao nível de projeto urbano torna-se necessário o estudo da ligação ao resto da cidade de forma a permitir a inclusão desta área no local e assim indiretamente no todo.

Na ligação da área de intervenção com o resto da cidade, e como consequência das características orográficas do local, surge a oportunidade de potenciar as vistas ao rio e ao resto da cidade. Através do desenho do vazio pretende-se evidenciar simbolicamente a ligação ao rio de uma forma estruturada remanescente a um novo povoado ribeirinho que se articulará com a malha existente.

No desenvolvimento do objeto arquitetónico pretende-se estudar e abraçar os usos que melhor possam potenciar uma utilização e apropriação do espaço pelo utente. De um ponto de vista compositivo deverá o desenvolvimento do edificado reforçar e complementar a ligação à vizinhança imediata como potenciar a ligação visual ao rio e ao resto da cidade. Neste trabalho será interessante explorar como poderá a oferta dessa ligação ser oferecida não só no espaço de índole privada como público ou semipúblico.

Palavras-Chave: Acessibilidade, Coesão Territorial, Equipamento Multi-Familiar, Habitação, Eco-Habitar, Lugar, Identidade.

ABSTRACT

The proposed work for final master's degree focuses on the area of Hospital Miguel Bombarda. This area of intervention results from a proposed topic at a seminar and because of its physical size, it allows for an urban and architectural design approach. The approach starts with the deactivation of the Hospital and the absorption of this area by the city.

Due to previous use of the site but also because of the topography present, the intervention area does not have a connection to the city in its four quadrants. Its elevated position on the hill, however, enhances a visual connection to the river and the city, which lies untapped.

The proposed work, which will be a proposal for redevelopment of the area and the development of an architectural object built there, aims exploring the physical and visual connection to the rest of the city and the river. It is intended to achieve this by manipulating the empty as well as the reinterpretation of the topography of the site in its topographical and built expression.

Within the work, two study scales are evident: urban and architectural. In urban design level it becomes necessary to study the connection to the rest of the city in order to allow the inclusion of this area in its place and thus indirectly as one.

In the connection of the intervention area with the rest of the city and as a result of the orographic features of the site, there is the opportunity to maximize the views to the river and to the rest of the city. Through the empty design is intended to symbolically show the connection to the river from a reminiscent structure form to a new riverside town that will fit with the existing network.

The developing of the architectural object is intended to study and embrace the uses that can promote a better use and appropriation of space by the user. From a compositional point of view the development of the building should strengthen and complement the connection to the immediate vicinity as enhance the visual connection to the river and the rest of the city. In this work it will be interesting to explore how this connection is offered not only in the privately space, but also on the organized public, or semi-public space.

Keywords: Accessibility, Territorial Cohesion, Multi-Family Equipment, Housing, Eco-Dwelling, Site, Identity.

Agradecimentos

À minha namorada pelo seu apoio incondicional, por estar sempre presente, pela paciência e pela compreensão.

Aos meus pais, por tudo o que representam na minha vida.

Ao meu orientador, pela franqueza, apoio e pelo conhecimento transmitido ao longo deste tempo.

A todos aqueles que fizeram parte desta jornada.

Um MUITO OBRIGADO a todos.

ÍNDICE

RESUMO	i
ABSTRACT	ii
Agradecimentos	iii
ÍNDICE	iv
1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Objetivos	1
1.2 Metodologia	2
1.3 Estado da Arte	3
2. HOSPITAL MIGUEL BOMBARDA	5
2.1 ENQUADRAMENTO BIOFÍSICO	5
2.1.1 Colinas e Sistema de Vistas	5
2.1.2 Estrutura Verde	5
2.2 ENQUADRAMENTO HISTÓRICO.....	6
2.1 A Quinta de Rilhafoles.....	6
2.3 IDENTIDADE URBANA E ESPACIAL.....	7
2.3.1 Identificação de Tecidos Urbanos	7
2.3.2 Equipamentos	7
3. ORDEM E PLANEAMENTO	9
3.1 Introdução	9
3.2 Teorias Normativas da Cidade	9
3.2.1 Cidade Cósmica	10
3.2.2 Cidade Mecânica	11
3.2.3 Cidade Orgânica	12
4. PANORAMAS URBANOS	13
4.1 Definição de Panorama Urbano	13
4.2 O surgimento dos Panoramas Urbanos	13
4.3 Contributos para o termo “Panorama Urbano”	14
4.4 Compreensão da Cidade pelo Observador	15
5. HABITAR, DA ABORDAGEM AO CONCEITO	17
5.1 Introdução	17
5.2 Construir, segundo Martin Heidegger.....	17
5.2.1. <i>Bauen</i> , aplicação do termo.....	18

5.2.2. <i>Wunian</i> , aplicação do termo	18
5.2.3. Relação Construção e Habitação	19
5.2.4. Conclusão	20
5.3 Espaço Existencial, segundo Christian Norberg-Schulz	21
5.3.1 Espaço Existencial.....	21
5.3.2 Elementos do Espaço Existencial	22
5.3.3 Níveis do Espaço Existencial.....	26
5.3.4 Interação dos Níveis	29
5.3.5 Conclusão	29
6. HOSPITAL MIGUEL BOMBARDA, UMA OUTRA REALIDADE	31
6.1 INTRODUÇÃO	31
6.2 Um lugar metamórfico e divergente.....	31
6.3 Multidisciplinaridade do lugar	31
6.4 Memória temporal	31
6.5 Dicotomia do lugar	32
6.6 Interação com a cidade	33
6.7 Espaço Paradoxal.....	33
6.8 Conclusão	34
7. PROGRAMA DO PROJECTO.....	35
8. CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	39
9. BIBLIOGRAFIA	41
10. INDICE APENDICE	43
11. ANEXOS	46

1. INTRODUÇÃO

1.1 Objetivos

O trabalho Final de Mestrado proposto incide sobre a área do Hospital Miguel Bombarda. Esta área de intervenção resulta de um tema proposto em seminário e devido à sua dimensão física permite uma abordagem de desenho urbano e arquitetónico. A abordagem parte da premissa da desativação do Hospital e a respetiva absorção dessa área pela cidade.

Devido ao uso prévio do local mas também pela orografia presente a área de intervenção não tem uma ligação á cidade nos seus quatro quadrantes. A sua posição elevada na colina, porém, potencia uma ligação visual ao rio e à cidade, que se encontra por explorar.

O trabalho proposto, que consistirá numa proposta de requalificação da zona e no desenvolvimento de um objeto arquitetónico ai integrado, tem como objetivo a exploração da ligação física e visual ao resto da cidade assim como ao rio. Pretende-se alcançar este objetivo através da manipulação dos vazios assim como na reinterpretção da orografia do local, na sua expressão topográfica e construída.

1.2 Metodologia

O trabalho irá iniciar-se através das leituras bibliográficas sobre o tema proposto, de maneira a esclarecer e agregar conhecimento face à problemática existente, bem como a pesquisa de casos de estudo de maneira a facilitar a elaboração de um comparativo com outros municípios. Assim, numa primeira fase, procederei à elaboração de uma síntese com o fim de retirar conclusões e conhecimentos para a elaboração do projeto.

A metodologia passará por o estudo e análise de projetos elaborados, efetivamente equipamentos coletivos, que caracterizem um lugar, promovendo e gerindo as vivências existentes e melhorando a organização espacial.

Numa fase final, irá ser sintetizado uma proposta das pesquisas realizadas, que irão desencadear as estratégias a desenvolver no projeto.

1.3 Estado da Arte

Este trabalho insere num contínuo que resulta do seminário sobre a revitalização da área do Hospital Miguel Bombarda. Toda a informação é elemento fulcral para o entendimento do local, das suas problemáticas e potenciais.

Como elementos de suporte, para a intervenção, é necessária a consideração dos elementos de gestão territorial vigentes.

A qualidade dos espaços urbanos é abordada por diversos autores salientando várias reflexões.

Entender como o espaço é assimilado pelo utilizador envolve dois processos mentais complementares: a cognição e a perceção. A distinção, entre estes dois, é de que a perceção é um processo de apreensão, através dos sentidos básicos e dos atributos que estão presentes no ambiente físico, enquanto que na cognição refere-se a processos de armazenagem, conhecimento e organização.

A relação destes processos é dinâmica, resultando de um processo bilateral entre o observador e o ambiente, estando envolvidos a experiência prévia do observador e as suas conceções e expectativas, construídas e modificadas no tempo.

Corroborando estas afirmações, Kevin Lynch aponta que a criação da imagem ambiental é baseada no que é visto do ambiente e do modo como é interpretado. O autor da obra “A Imagem da Cidade”, refere que a criação da imagem ambiental é baseada no que é visto do ambiente e o modo como é interpretado. Identificou cinco elementos básicos que remetem aos componentes físicos ambientais e que estruturam a imagem mental das cidades:

(1) Vias, podem ser entendidas como “canais ao longo dos quais o observador se move, usual, ocasional ou potencialmente”. Como parte constituinte das mesmas podem ser ruas, passeios, linhas de trânsito, canais a par de linhas de caminhos-de-ferro. Segundo o autor “as pessoas observam a cidade à medida que nela se deslocam e os outros elementos organizam-se e relacionam-se ao longo destas vias”.

(2) Limites, são “elementos lineares não usados nem considerados pelos habitantes como vias”. Caracterizam as “zonas de fronteira entre duas partes, interrupções lineares na continuidade, costas marítimas ou fluviais, cortes do caminho-de-ferro, paredes, locais de desenvolvimento”. Dotados, normalmente, de um papel mais secundário, quando comparado com as vias, estes elementos podem assumir um papel relevante, particularmente no delinear de uma cidade, quando se pretendem manter áreas diversas ligadas.

(3) Bairros, são “regiões urbanas de tamanho médio ou grande, concebidos como tendo uma extensão bidimensional, zonas que o observador reconhece como tendo características específicas, algo de comum e de identificável”. A maneira como cada indivíduo estrutura a cidade, apesar das diferenças existentes entre cada um, “depende não só do indivíduo mas também da cidade em questão”.

(4) Cruzamentos, são “pontos, locais estratégicos de uma cidade, através dos quais o observador nela pode entrar e constituem intensivos focos para os quais e dos quais ele se desloca”. Como exemplos de cruzamentos temos “junções, locais de interrupção num transporte, um entrecruzar ou convergir de vias, momentos de mudança de uma estrutura para outra, praças, interfaces de transportes, rotundas”. Estes podem ainda ser “simples concentrações que se revestem de importância por serem a condensação de alguns hábitos ou pelo seu carácter físico, tais como a esquina de uma rua ou um largo rodeado de outros elementos”. Os cruzamentos são “típicas

convergências de vias, factos do percurso”, sendo que aparecem também relacionados com os bairros uma vez que são o “foco intensivo, o centro polarizador do bairro”.

(5) Pontos Marcantes, constituem “elementos externos ao observador, uma vez que este não está dentro deles”. Frequentemente representados por um objeto físico, como um edifício, sinal, loja ou montanha, podem variar quanto às suas dimensões, locais de inserção e finalidades, situando-se dentro ou fora de uma cidade e servindo de referência para as pessoas. Podem ser “essencialmente locais, avistados apenas em regiões restritas e a certa proximidade, como fachadas de lojas, árvores, puxadores de portas, entre outros detalhes ou pormenores urbanos que completam a imagem do observador”. Estes “parecem adquirir um significado crescente à medida que as deslocações se vão tornando cada vez mais familiares”.

Estes elementos são regularmente sobrepostos e interligados, não coexistindo isoladamente numa cidade.

A forma como veículo de comunicação está relacionado com a apreensão do espaço e a utilização deste, e o meio mais importante de emissão de informações para a visualização e interpretação do espaço é a forma do ambiente, rececionada e interpretada pelo sistema visual.

Rudolf Arnheim, na obra “*Art and Visual Perception*”, defende que a visão não é um registo mecânico de elementos, mas sim a apreensão de padrões estruturais significativos. A informação visual é transmitida pela forma como totalidade e pelos diversos lugares do conjunto, e essa deve atender às expectativas sociais e contribuir para que as experiências espaciais vivenciadas pelos utilizadores sejam para eles motivo de satisfação.

Intervenções recentes a esta escala na cidade de Lisboa são escassas sendo a mais recente, e de uma escala imensuravelmente maior, o parque das nações. Desta forma torna-se essencial o estudo e observação de instâncias desta caracter de intervenção noutros locais. Será assim relevante a abordagem de cidades como Londres que têm sofrido sucessivas intervenções de escala, se bem que maiores do que a aqui proposta, desde Canary Wharf até hoje.

Devido ao Hospital Miguel Bombarda ter funções ecológicas e de fazer parte da Estrutura Verde da cidade, parte-se da questão ambiental com o intuito de verificar a sustentabilidade urbana, onde autores como Ian McHarg (1969), Anne Spirn (1995) ou Michael Hough (1998), apontam diretrizes de práticas em planeamento e gestão urbana, tais como:

A necessidade de uma visão interdisciplinar que envolva tanto aspetos físicos como socioeconómicos para instrumentalizar a ação do projeto urbano ou a constatação de impactos ambientais resultantes de práticas de planeamento e gestão ambiental urbana inadequada.

Anne Spirn apresenta exemplos de cidades que foram bem sucedidas desenvolvendo esta prática, como Estugarda na Alemanha que define os seus espaços livres na canalização do ar fresco e limpo para o centro congestionado.

O papel das áreas verdes na cidade, como por exemplo o parque urbano, normalmente destinado para recreação pode funcionar como espaço privilegiado da cidade tendo uma função ecológica.

Relevante também será o trabalho de dois paisagistas americanos, Peter Walker e Martha Schwartz, que têm nas últimas duas décadas sido responsáveis por uma série de intervenções à escala urbana, onde o vazio e o espaço público é um elemento estruturante de referência.

2. HOSPITAL MIGUEL BOMBARDA

O lugar Hospital Miguel Bombarda é um caso excepcional na cidade de Lisboa devido à sua situação geográfica e histórica. Situado no cabeço de uma das colinas da cidade, durante o último século, a antiga Casa de Rilhafoles albergou, o convento e a igreja da Casa da Missão, fundada por São Vicente de Paulo, seguido do Real Colégio Militar e, posteriormente, um hospital psiquiátrico de onde resultaram dois surpreendentes elementos patrimoniais - o Balneário de D. Maria II do antigo Hospital de Rilhafoles, e a Enfermaria 8 (Pavilhão de Segurança) do Hospital Miguel Bombarda.

2.1 ENQUADRAMENTO BIOFÍSICO

2.1.1 Colinas e Sistema de Vistas

A cidade de Lisboa é entendida como a cidade das míticas 'sete' colinas, visto ela própria corresponder uma morfologia urbana que se ajusta à fisiografia originária, e onde os pontos mais altos deste sistema colinar correspondem, quase sempre, miradouros constituídos por espaços verdes facilmente identificáveis no interior do tecido urbano. Estes lugares estabelecem entre si uma comunicação visual e constituem um conjunto referencial da estrutura urbana da cidade. São eles: Alto do Parque Eduardo VII; Jardim Botânico da Escola Politécnica; Miradouro de S. Pedro de Alcântara; Miradouro do Torel; Miradouro de Monte Agudo; Miradouro de Nossa. Sra. DO Monte; Miradouro da Graça; Castelo de S. Jorge, e ainda — miradouros não visíveis do Hospital Miguel Bombarda — o Miradouro da Penha de França; o Miradouro de Santa Luzia; o Miradouro de Santa Justa; e o Miradouro de Santa Catarina.

A área onde está implantado o Hospital Miguel Bombarda, tem uma localização extraordinária e privilegiada em termos da relação visual com todos estes outros pontos importantes. A identidade da cidade de Lisboa apreende-se também através da Sua leitura formal, do seu relevo. É nos cabeços da cidade antiga que surgem estruturas arbóreas, que rompendo o tecido edificado, criam amenidades na cidade e ao cidadão. Pela sua função ecológica, social e estética apresentam um indiscutível valor referencial.

2.1.2 Estrutura Verde

A estrutura verde urbana com que se articula a área do Hospital Miguel Bombarda consiste: na ligação transversal ao eixo estruturante da Av. da Liberdade Parque Eduardo VII Monsanto, do jardim do Campo de Sant'Ana à Rua das Portas de Santo Antão — passando pelo Jardim do Torel, Jardins dos Correios e Encosta do Coliseu e Ateneu Comercial, Jardim do Torel, e desta encosta com a do miradouro de S. Pedro de Alcântara e Jardim Botânico da Politécnica, através do Parque Mayer e Praça da Alegria. Esta estrutura é ainda complementada com o conjunto dos logradouros de solo permeável e com vegetação.

Estes elementos urbanos desempenham, nesta malha urbana consolidada, papéis fundamentais enquanto espaços de infiltração das águas pluviais, da criação de gradientes térmicos para geração de brisas, filtragem da poluição atmosférica e redução da temperatura do ar. Podem ainda ser considerados como recurso para a instalação de agricultura urbana; e acabam por facilitar, a integração de uma rede de circulação urbana pedonal e ciclável.

2.2 ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

2.1 A Quinta de Rilhafoles

O Hospital Miguel Bombarda ergue-se numa das colinas de Lisboa, zona conhecida como Rilhafoles porque ali existiu uma grande quinta chamada de Rilha Folles ao cimo da Rua Dr. Almeida Amaral, próximo da Rua de Gomes Freire, na zona do Campo dos Mártires da Pátria (antigo Campo de Sant'Ana), em Lisboa. É o primeiro hospital psiquiátrico português, fundado em 1848, por iniciativa do Duque de Saldanha, então primeiro-ministro.

Foi instalado na antiga Casa de Rilhafoles, que pertencia à Congregação da Missão, fundada por São Vicente de Paulo. Também designada por Congregação da Missão da Real Casa de Lisboa (1814), Casa da Congregação da Missão em Lisboa, Casa da Congregação da Missão em Rilhafoles, Casa de São João e São Paulo, Casa de Rilhafoles, ou Casa da Cruz de Lisboa. A fundação foi autorizada por breve pontifício de 10 de Setembro de 1717, por consentimento de D. Tomás de Almeida, cardeal patriarca de Lisboa Ocidental. Em 1720, o padre José Gomes da Costa, primeiro superior da Casa da Congregação da Missão de Lisboa, tomou posse da quinta de Rilhafoles para nela edificar o convento e a igreja da nova Casa da Missão de Portugal. Em 1834, no âmbito da "Reforma geral eclesiástica" empreendida pelo Ministro e Secretário de Estado, Joaquim António de Aguiar, executada pela Comissão da Reforma Geral do Clero (1833-1837), através do decreto de 30 de Maio, foram extintos todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e casas de religiosos de todas as ordens religiosas, ficando as de religiosas, sujeitas aos respetivos bispos, até à morte da última freira, data do encerramento definitivo. Os bens foram incorporados nos Próprios da Fazenda Nacional.

Após esta extinção das ordens religiosas em Portugal, o edifício do ex-convento de Rilhafoles albergou, a partir de 1835, o Real Colégio Militar, hoje colégio Militar, instituição que ocupou as instalações até que, por decreto de 14 de Novembro de 1848, referendado pelo duque de Saldanha e barão de Franco, foi transferido para o edifício do Convento de Mafra, por ocasião das reformas legislativas do ensino e do exército realizadas na época. Após a saída do Real Colégio Militar o edifício de Rilhafoles foi destinado para o hospital de doentes mentais — Hospital de Alienados de Rilhafoles.

Em 1851, e apesar de o edifício do Convento ser grande, tornou-se necessário proceder à construção de um novo edifício exclusivamente destinado a balneário e que viria a ser inaugurado em 1853 pela rainha D. Maria II, no dia de aniversário do Príncipe consorte D. Fernando, 29 de Outubro. O que justificava a sua construção, segundo os médicos daquele hospital que em 1851 tinham solicitado o Plano da Casa dos Banhos, era não só a necessidade de balneário para a higiene dos doentes, mas, fundamentalmente, para a concretização de uma nova técnica terapêutica psiquiátrica que assentava no princípio que os banhos beneficiavam a cura desses doentes.

Após da nomeação em 1892 para Diretor do 'Hospital de Alienados de Rilhafoles' o clínico Prof. Miguel Bombarda, foram sendo realizadas obras a fim de beneficiar o corpo hospitalar principal, incluindo a remodelação da entrada, a criação do refeitório, laboratório, entre outros. Nos espaços exteriores foram desenvolvidos percursos pedonais terapêuticos chamados 'passeios alegres'. É em 1896, que começa a funcionar o Pavilhão de Segurança, projeto aprovado pelo rei D. Carlos e desenvolvido pelo arquiteto José Maria Nepomuceno, onde além de criminosos se internavam outros doentes considerados perigosos. A instituição evoluiu entretanto para o Hospital de Miguel Bombarda atualmente desativado.

2.3 IDENTIDADE URBANA E ESPACIAL

2.3.1 Identificação de Tecidos Urbanos

Embora em algumas zonas da cidade a articulação do tecido antigo até ao séc. XIX com o tecido moderno, do início do séc. XX, estela resolvido, existem outros pontos, como a cerca conventual do Hospital Miguel Bombarda onde a própria fisiografia do terreno associada certamente a outros fatores, impossibilitou a continuidade do desenho dos arruamentos modernos das Ruas Gonçalves Crespo e Rua Ferreira Lara, gerando uma violenta quebra no tecido edificado.

A fusão da malha urbana medieval com a malha urbana pombalina (do Sistema Pene planáltico Interior) que neste local ocorre ao longo dos limites norte e oeste, surge precisamente da inaplicabilidade de um modelo ortogonal a uma paisagem de relevo acidentado, limite esse que acontece de forma abrupta com os arruamentos ortogonais a terminar subitamente na alta parede que rodeia o espaço do antigo convento e hospital. A zona de charneira onde a área de intervenção se situa, entre o planalto interior e a zona colinar voltada ao Tejo, é então caracterizada por este 'embate' da estrutura urbana do séc. XIX com a estrutura urbana do séc. XVII.

2.3.2 Equipamentos

O espaço HMB é caracterizado por uma raiz estrutural pré-existente associada a uma matriz conventual, onde o edifício Panótico se implantou com grande imponência no espaço. No âmbito das condicionantes inerentes ao Inventário Municipal do Património estão inventariados o Pavilhão Circular do Hospital Miguel Bombarda, o Edifício Principal do Hospital Miguel Bombarda, o Balneário de D. Maria II do antigo Hospital de Rilhafoles, correspondendo, toda a área, a um Nível de Intervenção Arqueológico 2 Balneário e Pavilhão de Segurança sob tutela do IGESPAR. Estes são os equipamentos que aqui se dão relevância.

Enfermaria 8 / Pavilhão de Segurança - Aquando das novas reformulações levadas a cabo pelo clínico Prof. Miguel Bombarda em funções de diretor do hospital, começa a funcionar em 1896 a Enfermaria 8 / Pavilhão de Segurança, com o objetivo de internar os 'alienados criminosos', cuja lei em vigor estipulava o Seu recolhimento e tratamento. Acabou por albergar doentes de risco, criminosos ou não, sem distinção. É constituído por um largo corpo cilíndrico, térreo, com pátio central de planta circular, envolvido por um alpendre e fechado por uma alta parede vertical. Associados a esse corpo cilíndrico encontram-se três volumes prismáticos que correspondem à entrada, ao refeitório e sala de reunião. O Pavilhão de Segurança apesar de refletir a conceção do Panótico prisional, tem alterações que suavizam esta estrutura e 'se afastam da prática do universo concentracionário, enclausurante e oitocentista de Bentham. Foram acrescentadas portas de madeira de modo a permitir privacidade nas celas, o edifício tem um só piso, não existe torre central de observação e o pátio com alguma arborização e lugares de estadia, através do qual os doentes circulavam, aproximando-se mais de um ambiente franciscano, poderosamente sereno. Projeto aprovado pelo rei D. Carlos e desenvolvido pelo arquiteto José Maria Nepomuceno, constitui um edifício de extrema singularidade onde ressalvam a extrema racionalidade na forma arquitetónica e soluções estéticas bem integradas. Alia a influência da arquitetura prisional panótica de um extremo geometrismo à tradição mediterrânica do pátio interior e a características vivenciais portuguesas.

Balneário — Foi construído de raiz aquando de obras de beneficiação no edifício conventual e inaugurado a 29 de Outubro de 1853 pela Rainha D. Maria II. Sendo o primeiro edifício construído para assistência hospitalar psiquiátrica em

Portugal, representava uma mudança de mentalidade relacionada com os doentes mentais e uma melhoria nas terapêuticas então praticadas. Conservado até hoje no essencial é um bom exemplo de arquitetura pavilhonar — com planta em 'U' e arcada do lado interno, virada para um pátio com uma série de vãos ogivais; os revestimentos exteriores a azulejo estampilhado em azul, amarelo e branco; as tinas e as cabines de duche verticais em mármore; sala interior central com piscina. O sofisticado sistema de aquecimento por caldeiras e tubagens são um dos elementos mais curiosos deste edifício sob tutela do IGESPAR.

3. ORDEM E PLANEAMENTO

3.1 Introdução

Ao falar da "ordem" das cidades e das diferentes concepções de ordem, é fundamental obter uma compreensão clara do que realmente quer dizer o termo "ordem". Surpreendentemente, "ordem" é um conceito extremamente amplo, apesar da nossa constante aplicação do termo, como se as suas características fossem autoevidentes.

Para esta dissertação, mais concretamente, este capítulo, aplicaremos as definições dadas pelo dicionário sobre Ordem, que indicam uma "sequência" ou "disposição". Assim, o substantivo "ordem" é definido como a disposição de coisas em que uma segue a outra; sequência no espaço ou no tempo; sucessão de atos ou acontecimentos. Para além de também ser definida como, a forma em que esta ocorre.

A questão sobre a ordem, então, não é o porquê das coisas serem dispostas de uma certa maneira, mas o porquê de estarem dispostas desta forma, transformando esta dúvida numa questão de utilidade. Dizer que algo é ordenado, é dizer que este engloba uma utilidade.

Assim, torna-se claro o porquê da questão da "ordem" na cidade ser extremamente relevante para os urbanistas. Se aceitamos a essência dos urbanistas dos anos 60 e 70, em que estes defendem inevitavelmente determinados valores, baseando-se nestes, acima das suas convicções, é perceptível a forma como os urbanistas têm historicamente colocado grande importância sobre o "ordenamento" da cidade.

Trata-se, portanto, da premissa fundamental sobre o processo de planeamento das cidades. Do ponto de vista dos próprios urbanistas, é indissociável o processo de preservação e de progressão da "ordem" na estrutura e no funcionamento da cidade. Pelo ordenamento da cidade, o urbanista aproxima uma expressão perfeita de um conjunto específico de valores.

3.2 Teorias Normativas da Cidade

Várias abordagens comparativas da forma das cidades estão de acordo, em que, apesar da enorme diversidade de formas das cidades atuais em todo o mundo e na sua história, os tipos de ordem cívica que os urbanistas têm-se debatido para impor, podem ser facilmente classificadas em algumas categorias básicas. Das várias formas urbanas, a tipologia da ordem urbana de Kevin Lynch, no seu livro *"A Boa Forma da Cidade"* é particularmente notável.

Outra tipologia de classificação foi desenvolvida por Lewis Mumford no seu artigo *"Teorias e Ideais de Planeamento"*. Mumford obtém seis categorias de tipologias de planeamento urbano no mundo ocidental. Embora o seu esquema seja congruente com o de Lynch, as seis categorias de Mumford são reduzidas em três pares de "ideais", de certa forma com ideais de planeamento orgânico. Lewis Mumford, tal como Lynch, relaciona especificamente os valores e intenções dos urbanistas, com a forma da ordem da cidade ou padrões criados por eles.

Também Spiro Kostof em *"A Forma da Cidade"* (1991), embora se trate de uma vasta e valiosa obra, está mais interessado no padrão do que na ordem, tornando insuficiente a sua perspectiva para o âmbito do tema em discussão.

Ordens são expressões de valores, e as ordens pretendidas para as cidades, refletem a acentuação das inumeráveis sociedades em se colocar sobre os valores de constância, eternidade e adaptação com as leis da natureza ou, inversamente, sobre os valores do progresso, crescimento e da exploração eficiente das leis da natureza.

Lynch refere-se a "três teorias normativas" sobre a ordem correta das cidades: a "Cidade Cósmica", a "Cidade Mecânica" e a "Cidade Orgânica".

3.2.1 Cidade Cósmica

De acordo com Lynch, a teoria normativa "cósmica" da ordem da cidade, anuncia que a forma de qualquer território permanente deve ser um modelo mágico do universo e dos deuses. As cidades são planeadas como diagramas ou modelos de trabalho do que os seus criadores entendem, ou pretendem, a ordem das coisas para ser um meio de ligação entre os seres humanos e as divindades, sendo uma maneira de estabilizar a ordem e a harmonia do cosmo. A vida é assim, um lugar seguro e permanente. O universo continua os seus próprios movimentos sagrados, os deuses são respeitados, o caos é afastado e a estrutura do ser humano é mantida.

A linguagem visual de ordem utilizada nessas diferentes cidades cósmicas é notavelmente similar, utilizando a precisão da geometria, o controle da simetria e da exploração de altura e distância. Todos estes elementos estão destinados a tornar os observadores devidamente conscientes do vasto esquema do universo, e do seu próprio lugar dentro deste.

Há muitos exemplos de tais cidades "cósmicas", particularmente das antigas civilizações da Ásia. Lynch cita Beijing, Kyoto, Seul e Madurai como exemplos. Acrescenta que a civilização ocidental também tem uma longa tradição na construção de cidades cósmicas, destacando o modelo barroco de interligações divergentes e de eixos convergentes, que por causa da sua função "cósmica" se destina como uma expressão e um instrumento do poder e da ordem. Lynch adicionalmente discerne expressões modernas de ordem "cósmica" na capital da cidade, como o eixo monumental e o arranha-céus corporativo.

Enquanto Lynch faz um trabalho magistral em resumir a natureza e características da ordem nessas cidades, não revela os valores que essa ordem inclui, exceto o valor por inferência.

Como Lynch observa, as cidades "cósmicas" são verdadeiramente mágicas na natureza, concebidas para transformar os seus habitantes em vez de ser transformado por estes. Mais especificamente, a cidade "cósmica" destina-se a moldar os valores de quem habita em conformidade com as "leis da natureza" realizada pelos seus criadores, desde a época universal do Médio Império aos mandalas dos Budistas, à separação tripartida de Washington do poder republicano para a Presidência, o Senado e a Câmara dos Representantes. Assim, uma cidade "cósmica" budista foi destinada a inculcar valores Budistas entre os seus habitantes, como a arquitetura radial de Versailles foi projetada para produzir a convicção de que Luís XIV personificou o Estado Francês. **(1)**

Igualmente importante, os valores da tradição e constância (ou mais crítica, conservadorismo e permanência) também anunciam a cidade cósmica, porque as "leis" anunciando as cidades "cósmicas" são quase sempre consideradas verdadeiras e

eternamente válidas. A ordem expressa em tais cidades "cósmicas" é "cristalina", "estável e hierárquica", e nega a mudança, a menos que ocorra dentro de algum ciclo rítmico, ordenado e completamente imutável.

3.2.2 Cidade Mecânica

A segunda teoria normativa de Lynch da ordem da cidade é a cidade "mecânica".

Da mesma forma que os modelos das cidades "cósmicas" são a ordem do universo imutável, as cidades "mecânicas" reproduzem a ordem encontrada nas máquinas, o que é compreensível no mundo moderno, e que em particular, tem sido influenciado pela metáfora "mecânica cidade", embora Lynch tenha observado alguns exemplos antigos deste tipo. **(2)**

Em vez de ver a cidade como um conjunto unificado, os urbanistas que subscreveram a metáfora "mecânica", observam a cidade como um conjunto de partes individuais unificadas entre si. Lynch observa que estes componentes urbanos são concebidos como sendo distintos, individualmente insignificantes, e, muitas vezes, são considerados padronizados ou homogêneos na natureza.

A cidade "mecânica" não é uma criação estática. Em contraste com a eterna cidade "cósmica", as componentes individuais da metrópole "mecânica" são expectáveis ao desgaste e conseqüente substituição, assim como uma máquina adequadamente mantida requer manutenção: *"it can be taken apart, put together, reversed, its pieces replaced, and it will run again."* (Lynch, pág. 81). Os urbanistas vêem a cidade como um sistema, mais ou menos eficaz, como um resultado da disposição das suas partes. A cidade cresce por adição, da mesma maneira que uma fábrica pode crescer com a adição de uma nova linha de produção.

Fundamentalmente, os urbanistas que contribuíram para a metáfora da cidade "mecânica", acreditam que esta seja reconhecível e previsível como uma máquina é para o seu engenheiro: a máquina pode mudar, no entanto, é feita de forma perfeitamente previsível, como se fosse movendo firmemente ao longo de um percurso pré-determinado. *"The stability is inherent in all the parts, and not in the whole"* (Lynch, pág. 79).

Lynch difere em apontar os valores subjacentes, enunciando a ordem da cidade "mecânica" e afirmando que a cidade "mecânica" não tem um significado tão amplo do que uma cidade "cósmica" possui. No entanto, é evidente através da caracterização dessas cidades, que a ordem inerente, de facto, revela um valor particular, o da produção. Mais especificamente, a cidade "mecanicamente ordenada" destina-se a maximizar a eficiência, com a qual as leis físicas, que ordenam o universo, podem tirar proveito para fins de produção.

Lewis Mumford, que rejeitou a cidade "mecânica" criada pelo termo, a que este denominou de, "planeamento utilitário", não deixa dúvidas quanto aos valores expressos nesta forma de ordem de cidade. O planeamento comercial-utilitarista foi baseado na maximização de retorno monetário de vendas e alugueres. Mas o aumento de cidades novas ou extensões das cidades existentes durante os últimos séculos tem correspondido com o ideal de fornecer às instalações municipais, um território expectante para o máximo de população possível a ser alojada, com a mínima tolerância para parques, espaços de recreio ou pontos de encontro, assim como oportunidades máximas para o investimento privado (Mumford 1974, pág. 988).

3.2.3 Cidade Orgânica

A terceira teoria normativa de Lynch é a cidade "orgânica" (3).

Este autor explica que esta forma de observação e planeamento para a cidade surgiu como uma expressão do séc. XIX, como uma reação à pressão da industrialização, das novas cidades e dos avanços sem precedentes na tecnologia.

Ao início, parece óbvio que os urbanistas que consideram as cidades como sendo idênticas a organismos vivos, fossem gerar uma ordem bastante distinta daquela produzida por aqueles que pensam as cidades como máquinas. Segundo Lynch, analogias mecanicistas e modos reducionistas de análise são explicitamente rejeitadas por aqueles que compreendem a cidade como sendo "biológica" na natureza. O conjunto da cidade não pode ser entendido a partir da análise individual das suas componentes, só faz sentido quando funcionam em conjunto, integradas num sistema funcional.

Na cidade "orgânica" não é possível dissociar os diferentes tecidos da cidade sem destruir e desmembrar. Nem a cidade pode ser entendida da mesma forma como um mecânico entende o funcionamento de um motor parado. A cidade em si nunca está em permanência: todo o sistema é dinâmico, mas é um dinamismo homeostático, ajustes internos tendem a devolver ao sistema alguns estados de equilíbrio, sempre que tenha sido perturbado por estímulos externos, por isso, é "auto-organizável". Produz novas individualidades e passa por um ciclo de nascimento, crescimento, maturidade e morte.

A forma da cidade "orgânica", também pode ser distinta da forma da cidade "mecânica". Certas formas físicas são compatíveis com estes ideais: padrões radiais, unidades delimitadas, áreas verdes, pontos centrais, *layouts* antigeométricos, formas orgânicas, materiais naturais, moderada baixa-densidade de habitação, proximidade visual com terra, plantas e animais e espaço aberto abundante. A árvore é o modelo admirado, ao invés da máquina.

Infelizmente, o tom claro com que Lynch distingue a forma da cidade "mecânica" e "orgânica", é um pouco confuso assim que analisamos a lista de cidades que este considera como exemplo de ordem "orgânica". Ao contrário das outras duas formas de ordem da cidade, Lynch só pode referir-se a poucos territórios que exemplificam a forma "orgânica": Tapiola na Finlândia, o Bedford Park e Hampstead Garden em Inglaterra e Radburn e Chatham Village nos Estados Unidos. Uma série de pontos comuns são imediatamente visíveis, sendo que todos estes foram construídos no século passado.

Ao contrário das expectativas que se pode ter sobre processos biológicos, todos os exemplos citados são cidades pré-concebidas e construídas de acordo com o plano urbano. O mais importante de tudo, no entanto, é o facto dessas cidades parecem ser bastante rotineiras, pelo menos do ponto de vista público. Ao contrário da "cós mica" Versailles, ou da "mecânica" Manhattan, Lynch não fornece um único exemplo de uma cidade "orgânica", indicada por outra pessoa, que não seja de um outro autor teórico.

O próprio Lynch fornece uma explicação para esse fenómeno, de uma forma intrigante quando ele observa que muitos dos ideais da cidade "orgânica" foram retóricas dentro das novas e mais modernas cidades em todo o mundo". Os ideais básicos estão implícitos na maioria das discussões públicas da forma da cidade, e podem ter, até mesmo, influenciado esses exemplos de carácter nominal e ambíguo, como Chandigarh, de Le Corbusier e a cidade "cós mica" de Brasília.

4. PANORAMAS URBANOS

4.1 Definição de Panorama Urbano

Panorama significa "grande extensão de paisagem que se avista de um ponto elevado; Linha do horizonte ou silhueta, desenho do perfil definido pelos contornos projetados num fundo, por uma determinada forma; por vezes utilizado o estrangeirismo "skyline"" (Dicionário da Língua Portuguesa, Porto Editora). A sua importância na paisagem contribuiu para a definição das variadas formas de habitar por parte da civilização humana.

A civilização tendencialmente é definida pela maneira como habita as cidades, sendo comum a associação aos meios urbanos. Os panoramas urbanos tornaram-se numa medida simbólica, sendo representações físicas das cidades, do seu crescimento e valores.

Em toda a sua história, a civilização desenvolveu-se, em grande parte, através da vivência urbana, sendo que nos dias de hoje a grande maioria dos habitantes vivem em cidades. São locais comuns de contemplar e vivenciados pelos diversos utilizadores.

4.2 O surgimento dos Panoramas Urbanos

Os panoramas urbanos têm sido desde há muito tempo importantes para a civilização. Há milhares de anos, a exploração no Médio Oriente resultou na lendária Torre de Babel, vincando uma afirmação profunda sobre as ambições do Homem. Na Europa, os pináculos de igrejas e catedrais, deliberadamente elevados acima das cidades, refletem a influência e o foco na arquitetura religiosa. Há cerca de 800 anos atrás, os panoramas urbanos assumiram uma forma diferente de simbolismo.

Na cidade italiana de San Gimignano, foram erguidas torres pelos comerciantes para se vangloriarem das suas riquezas e *status*. Por conseguinte, o panorama da cidade foi utilizado como uma medida de destaque tanto pelos habitantes como pelos visitantes. As Torres de San Gimignano, sendo altas (aproximando-se à altura de um edifício moderno de 18 pisos) foram precursores para os arranha-céus que compõem o nosso panorama urbano de hoje.

Os panoramas são antigos símbolos que foram capturados durante séculos por artistas e admirados pelos viajantes. As cidades históricas da Humanidade foram o ponto de partida para a evolução da palavra "panorama urbano", uma palavra que só agora é usada em relação ao contraste dos edifícios no horizonte.

Com a introdução do arranha-céus, em 1880, deu-se um crescimento célere tanto em tamanho como em escala, tornando-se, assim, estes edifícios num fenómeno. A sua definição não terá sido estudada anteriormente, visto os panoramas urbanos serem em grande parte uma preocupação do século XX.

Relativamente à importância histórica dos Panoramas Urbanos, apenas nos últimos cem anos, surgiu a definição de arranha-céus, em todas as cidades mundiais. No espaço de uma vida humana, arranha-céus e panoramas urbanos saltaram da Europa e do Médio Oriente para a América do Norte, Ásia, América do Sul, África e Oceânia. Os edifícios que compõem os panoramas também passaram a incluir torres de escritórios, residências e hotéis em vez de edifícios predominantemente religiosos ou governamentais. Alturas, formas e materiais também mudaram drasticamente durante um curto período de tempo. A invenção do arranha-céus moderno marcou o início de uma nova era de construção civil, fazendo o horizonte de várias cidades do mundo aumentar significativamente.

Atualmente, os panoramas aparecem sob variadas formas e meios de comunicação. Podem ser desenhados em abstrato, na silhueta, ou em fotografia. Estes aparecem principalmente no cinema e na televisão, em cartões postais, cartões de visita, brochuras de viagem, calendários, bem como em inúmeros livros e *sítes* da *Internet*. Também estão entre as primeiras imagens que aparecem ao digitar o nome de uma cidade num motor de busca da internet.

4.3 Contributos para o termo “Panorama Urbano”

Kevin Lynch expressa a relação entre planeamento e emoções humanas, no seu livro *“A Imagem da Cidade”*, quando afirma *“contemplar cidades pode ser especialmente agradável, por mais vulgar que o panorama possa ser,”* (4). Os panoramas são certamente comuns nos dias de hoje e, portanto, a proposição de Lynch de que a cidade pode evocar sentimentos pode ser extrapolada para incluir a linha do horizonte como um elemento evocativo da cidade.

Para Lewis Mumford, a cidade é claramente mais do que tijolos e argamassa, mais do que um utilitário para a vida. Esta é a expressão visível do sistema de valores do Homem, a expressão suprema da civilização. O Panorama é uma expressão visual de qualquer cidade e, por isso, a sua importância como sentido simbólico é algo que vale a pena explorar.

Lynch, por sua vez, deu um contributo importante ao por o foco do seu estudo nas cidades, refletindo em questões como se a sua aparência tem importância e se ela pode ser alterada.

Torna-se interessante a sua pesquisa, dada a sua convicção de que *“a cidade é potencialmente o símbolo poderoso de uma sociedade complexa. Se for bem desenvolvida do ponto de vista ótico, pode ter um forte significado expressivo.”* (5). O significado expressivo pode ser definido pelo seu panorama, apesar da obra de Lynch não explorar essa possibilidade, contudo este oferece um ponto de partida para esse significado.

Ainda sobre este assunto, Spiro Kostof publicou uma série de livros, entre eles, a obra *“The City Shaped”*, que contém um capítulo dedicado a Panoramas Urbanos. Este trabalho reflete o seu contributo para o tema, devido à data de publicação (1991) e à posição respeitada do autor. O Capítulo 5 introduz o conceito de uma cidade que depende do seu panorama para melhorar a sua imagem, além de atuar como um símbolo para o lugar. Kostof vê as cidades como sendo o feito mais complicado que alguma vez o ser humano criou, sendo os panoramas urbanos portadores de valores coletivos de quem lá vive. Assim, este coloca uma grande ênfase sobre a responsabilidade da população para orientar o seu desenvolvimento e planeamento.

Enquanto Lynch fornece a base para um estudo dos panoramas urbanos, Kostof apela à participação pública e profissional no seu desenvolvimento.

4.4 Compreensão da Cidade pelo Observador

Observar um panorama urbano exige perceber a cidade a uma certa distância. Tem havido um fascínio pelo estudo das percepções de cidades pelos utilizadores através da sua vivência num determinado espaço, que tem provado ser uma valiosa pesquisa. Pode ser aplicada para estudar as cidades com base em alguns dos princípios fornecidos por Kevin Lynch.

Este autor realizou uma série de investigações sobre a “imageabilidade” de certas cidades, em que os respetivos cidadãos foram questionados sobre a forma como eles percebiam “o lugar” através do seu quotidiano. O foco de Lynch era na imagem da cidade, do interior ao nível da rua, e a sua pesquisa sugere que era possível aprender muito sobre a natureza e estrutura da imagem urbana.

Foi através da sua pesquisa em “*A Imagem da Cidade*” que Lynch explorou uma “imageabilidade” da cidade, por ele definido como “*aquela qualidade de um objeto físico que lhe dá uma grande probabilidade de evocar uma imagem forte num dado observador,*” (6). Ele sugeriu que uma imagem ambiental pode ser analisada em três componentes: identidade, estrutura e significado. Um objeto deve ser identificável, o que implica a sua distinção de outras coisas; um objeto deve estar relacionado espacialmente com outros objetos ou através de padrões; e o objeto deve ter algum significado prático ou emocional para o observador.

As regras de estrutura e identidade de Lynch refletem as da Psicologia da Gestalt, reforçando o conceito de que o ambiente construído pode ser discriminado e analisado visualmente de acordo com a orientação, o tamanho, a cor e a configuração das suas formas.

No caso do “Significado”, torna-se mais complicado, pois Lynch admite que “*não é tão facilmente influenciado por manipulação física como estas outras duas componentes o são.*” (7). Ele sugere que é mais sensato permitir que o “Significado” possa ser criado sem a nossa orientação direta, construindo cidades para o desenvolvimento de uma população amplamente diversificada. Os significados específicos de uma cidade podem variar, que Lynch exemplifica através da descrição do panorama urbano de Manhattan, “*vitalidade, poder, decadência, mistério, aglomeração, grandeza...*” (8).

Mas o estudo realizado por Lynch revela outros resultados importantes de “Significado” para a percepção do ambiente urbano. Dos 6 elementos de “imageabilidade” - Caminhos, Limites, Bairros, Pontos Nodais e Marcos, o último é o mais aplicável à percepção do panorama urbano.

Deste modo, Lynch descreve os Marcos como sendo mais facilmente identificáveis e mais provável de serem significativos se tiverem uma forma clara, se contrastarem com a paisagem e se houver alguma proeminência de localização espacial. As mesmas regras podem ser aplicadas à sua importância num panorama, e é novamente apoiado por princípios gestaltistas que dizem respeito ao contraste entre formas e à sua localização relativa.

Na verdade, Lynch tolera o uso do método da figura-fundo para determinar o contraste, sendo que os Marcos devem ser exclusivos face à paisagem. Isto é particularmente relevante para um panorama urbano, visto que muitas vezes determinados edifícios têm como pano de fundo outros edifícios, especialmente nas cidades mais densas. A aplicação do princípio de Pragnanz para justificar o uso de silhuetas é suportado por Lynch como um instrumento eficaz para a visualização dos edifícios.

Segundo Lynch, Marcos com destaque espacial são mais visíveis a partir de uma variedade de locais, e mesmo os distantes muitas vezes eram bem conhecidos. Tal

facto fornece algumas evidências de que a cidade está de facto a ser vista de uma distância. Algumas cidades não podem ser imaginadas sem a presença do seu marco (por exemplo, Florença) e os marcos distantes foram usados mais frequentemente de forma simbólica do que como orientação. É razoável supor, então, que pode haver algum simbolismo e significado inerente a um horizonte (Panorama).

Através dos seus estudos, Lynch chegou a um resultado particularmente importante: as pessoas recorrem a lugares com vistas panorâmicas de forma a lhes proporcionar um prazer emocional. Um dos entrevistados sobre o panorama urbano de Manhattan refere que *"um cenário bem organizado parece ser o principal de uma cidade agradável"* (9).

5. HABITAR, DA ABORDAGEM AO CONCEITO

5.1 Introdução

Numa primeira abordagem, será feita uma análise sobre o significado e a natureza do processo de construção através da filosofia de Martin Heidegger.

Ao definir a palavra habitar através do espaço através do qual o Homem habita em edifícios e realiza a sua existência no meio, Heidegger estabelece uma relação entre a construção e o habitar, determinante para a problemática do Habitar.

No entanto, analisando a sua investigação, conclui-se que o espaço é tratado inadequadamente, logo, considerou-se uma outra abordagem que, juntamente com a de Heidegger e sendo mais consistente, lida com a importância do espaço de uma forma mais específica e detalhada.

A abordagem do Espaço Existencial desenvolvida por Christian Norberg-Schulz reflete o conceito, com influência na filosofia de Heidegger, descreve a relação entre Habitar, Existência e Espaço, de uma conotação de Existência específica e detalhada, com o Espaço e suas relações espaciais. A análise foca a ideia da imagem ambiental, como é desenvolvida pelo utilizador e a forma como é projetada em termos de formas ambientais concretas. Como parte desta imagem, também são analisados os elementos e níveis básicos e a sua interação e relação entre estes elementos e níveis.

Assim, conjugando a investigação de Heidegger com a abordagem de Norberg-Schulz, é feita uma única abordagem, que trata a semântica e os componentes estruturais do espaço para habitação, abrangendo vários níveis de espaço, desde o nível da “Geografia” até ao da “Casa”.

5.2 Construir, segundo Martin Heidegger

A investigação de Heidegger sobre a relação entre habitação e construção não tem como objetivo desvendar os princípios arquitetónicos para gerar regras dos edifícios nem considerar a construção como uma arte ou técnica de construção. Destina-se, antes, a traçar o domínio ao qual os edifícios e outros objetos estão associados. Heidegger inicia a sua investigação interrogando-se sobre o significado da habitação e a sua relação com o edifício. **(10)**

Este afirma que, genericamente, o Homem formaliza a habitação através da construção. Neste caso, o habitar é sinónimo de abrigar-se, no seguimento do antigo idioma alemão, em que o significado das palavras “Habitar” e “Construção”, ilustram a natureza e a relação essencial entre estes dois conceitos.

5.2.1. *Bauen*, aplicação do termo

Bauen, vocábulo alemão que significa construir, significa permanecer / morar, mas não Habitar no sentido de “*uma atividade que o homem executa juntamente com muitas outras atividades, por exemplo, trabalhamos aqui e habitamos ali*”. (11)

Habitar não é um modo passivo do ser humano, mas sim a prática da sua profissão, a realização dos seus negócios e das suas viagens. Assim, o habitar é utilizado num sentido mais profundo, ou seja, a maneira como nós, enquanto seres humanos, estamos presentes. Construir, *Bauen*, bem como Habitar significa também preservar, cuidar e cultivar. Consequentemente, ambos os modos de construir, como sentido cultural e como construção de edifícios, são compostos no verdadeiro sentido do edifício como habitação. (12)

Heidegger afirma que construção como habitação é uma prática adotada pelo Homem desde seus primórdios, refletindo a sua prática quotidiana. (13) Por esta razão, segue atrás da multiplicidade de formas em que o habitar é realizado, na medida em que essas atividades são mais tarde associadas ao significado de *Bauen*, Construção. Assim, conseqüentemente, *Bauen*, no sentido da habitação, cai no esquecimento. Isto não deve ser considerado como apenas uma mudança no significado puramente de termos, pois, como consequência a habitação nunca é pensada como a característica básica do ser humano. (14)

Heidegger resume o significado do termo alemão *Bauen* em três perspectivas: “*that building is really dwelling; that dwelling is the manner in which mortals are on the earth; and that building as dwelling unfolds into the building that cultivates growing things and the building that erects buildings*” (15)

Segundo este, o sentido e o uso da palavra Construção e Habitação também refletem a essência da relação entre estes dois conceitos, que concorda em grande medida com a formulação do termo alemão.

5.2.2. *Wunian*, aplicação do termo

Wunian, termo gótico, significa “ser dirigido para a paz”.

Heidegger acrescenta que a paz, neste contexto, significa aquilo que é preservado no seu original, a natureza. *Wunian*, residir, significa permanecer dentro de um livre domínio que preserva cada coisa no seu estado natural. Assim, esta torna-se a preservação do carácter fundamental da habitação que permeia todo o seu alcance, revelando-nos que o ser humano consiste na habitação e, de facto, o habitar reflete o sentido de permanência dos mortais na terra.

Heidegger sublinha que a estadia dos mortais na terra deve ser considerada dentro do seu contexto global. Realiza-se sob o céu, permanece perante divindades e inclui a associação do ser humano, entre estes, através de uma unicidade primordial dos quatro - terra e céu, divindades e mortais – como um todo. (16) Quando pensamos em qualquer um dos quatro (Terra, Céu, Divindades e Mortais), nós mortais, de forma inata, já associamos os outros três componentes, mas não damos atenção à sua simples unicidade.

Heidegger afirma que os mortais habitam através da preservação destes quatro componentes na sua essência, coexistindo. Os mortais habitam para salvar a Terra e definindo-a livre na sua própria natureza e existência, não podendo ser alcançado através do domínio ou exploração da terra. Os mortais habitam, aceitando o céu como céu, deixando o sol e a lua seguir o seu rumo natural, as estrelas, os seus cursos, com as estações a sua bênção e sua inclemência, e por não transformar a noite em dia e

vice-versa. Os mortais habitam na esperança de que as divindades, como divindades, lhes realizem o que é inesperado.

Heidegger acrescenta que, o salvar a terra, o receber o céu, o aguardar as divindades, a iniciativa dos mortais, a habitação ocorre através da preservação deste quarteto. Mas como é feita essa preservação? Poderá ser realizada através da simples existência na terra, sob o céu, perante as divindades e entre mortais? Não, porque os mortais habitam para ficar com as coisas. Assim, a habitação, como preservação, é concretizada através da gestão entre estas quatro componentes, enquanto permanência das coisas. Mas esta permanência das coisas não é apenas a introdução de algo ao quarteto para torná-lo um quinteto. **(17)**

Os mortais obtiveram isto cultivando as coisas que crescem e construindo coisas que não crescem. No entanto, cultivar e construir refere-se à construção num sentido mais restrito, de uma forma ampla, implica assegurar o quarteto das coisas, tornando-se assim em habitação.

5.2.3. Relação Construção e Habitação

Em parte da sua investigação sobre a relação entre Construção e Habitação, Heidegger procura analisar esta relação em termos das coisas que são construídas, e para esse fim, expõe uma ponte como exemplo.

A ponte, conectando as margens, unifica ambas as extensões da paisagem associadas à ponte. Desta forma, esta associa a paisagem em redor do rio, orientando-a através dos prados. Os pilares da ponte, assentes no rio, permitem que a água percorra o seu curso natural. As águas podem correr calmamente ou em ondas torrenciais devido a chuvas fortes e tempestades, mas, em todos os casos, a ponte está pronta para o tempo e a natureza inconstante do céu. A ponte, uma vez que permite o fluxo seguir o seu curso, também concede aos mortais o acesso para que possam atravessar de uma margem para outra, assim, unificando os mortais. **(18)**

A ponte congrega em si mesma, a terra e o céu, os divinos e os mortais, sendo que, com a união dos quatro elementos, podemos chamar-lhe uma "coisa", entendido aqui no sentido do significado do termo alemão.

Referindo a ponte como uma "coisa" de carácter especial, Heidegger refere que, devido a reunir o quarteto de uma forma específica, a paisagem deve necessariamente cumprir determinados requisitos. É apenas uma "coisa" que, por si só, pode determinar os limites de um local. A localidade não existe antes da ponte, mas passa a existir em virtude da ponte. Heidegger acrescenta que, ao escolher o local em resposta à forma específica em que este reúne o quarteto, a ponte determina as localidades e as formas pelas quais o espaço é determinado. **(19)**

Salienta ainda que, de todas as coisas que, como localidades, permitem um lugar, preocupa-se com aquelas formalizadas através de um processo de construção de edifícios. Como parte da sua investigação sobre esse processo de construção, sublinha que o pensamento deve ser iniciado a pensar sobre a natureza das coisas, que por si só exigem construção como o processo pelo qual elas são feitas. Através deste pensamento, as coisas são reveladas como locais que possibilitam um terreno para o quarteto, e, por conseguinte, este determina o espaço necessário para a construção. Por isso, torna-se claro que a relação entre a localização e o espaço reside na natureza de tais coisas como coisas, mas o mesmo acontece com a relação do local para com o Homem que lá habita. **(20)**

Considerando a ponte como uma coisa, Heidegger considera que se trata de um local que permite espaço para admitir terra e céu, divindades e mortais. O espaço permitido aqui é constituído de muitos lugares que podem estar perto ou longe da ponte.

O autor acrescenta que podemos tratar esses lugares como meras posições entre as quais se encontra uma distância mensurável. Mas o espaço formado por estas é de uma constituição peculiar e, por se tratar de um modo abstrato e de múltiplas dimensões, reduz a ponte meramente a algo que pode ser substituído por outro elemento ou apenas um marcador.

Heidegger defende ainda que os espaços por onde passamos na nossa vida diária são fornecidos por locais. A sua natureza e constituição são determinadas pela constituição do tipo de construções. Através da investigação do relacionamento entre os locais e o espaço, e os espaços e o espaço, Heidegger conclui que podemos ter uma boa visão sobre a relação do homem e do espaço. **(21)**

Considerando a relação entre o Homem e o Espaço, Heidegger afirma que o espaço não é localizado ao lado do homem ou na frente deste. O Espaço não é um objeto externo nem uma experiência interna. Quando é referido o Homem, um ser que existe num modo humano, ou seja, que habita, já é inerente a associação com, entre outras coisas, o quarteto (terra, céu, divindade e mortais).

Heidegger destaca que, mesmo quando nos relacionamos com essas coisas que não estão no nosso alcance imediato, não podemos apenas substituí-las pela representação mental, mesmo estando perto destas, como alguém que está realmente usando essas coisas. Mesmo quando refletimos sobre nós mesmos, voltamo-nos para nós mesmos a partir de coisas sem nunca abandonar a nossa presença entre as coisas. Por isso, podemos concluir que os espaços, e o espaço como um todo que engloba entidades, são sempre fornecidos pela realidade atual dos mortais e para o bem da habitação do Homem.

Concluindo o seu argumento, Heidegger afirma que construir tais coisas, como as pontes; pode facilitar a construção no sentido de habitação porque estas fornecem locais por meio do qual os espaços são fundados e unificados. Mas uma construção só se torna habitação se auferir as diretivas e normas para a organização dos espaços, da maneira específica na qual o quarteto permanece a “coisa” num todo. Através disto, construindo coisas, preserva o quarteto, salvando a terra, recebendo o céu, aguardando as divindades e direcionando os mortais, e alcançando assim a habitação no seu sentido mais pleno.

5.2.4. Conclusão

No que diz respeito às diretivas do Espaço enquanto Habitação para qualquer sociedade, devem ser geradas a partir de e direcionadas para as circunstâncias específicas que dizem respeito a essa comunidade, tais como a ecologia, o ambiente, o aspeto sócio-cultural e todas as circunstâncias semelhantes que constituem o ambiente geral dessa comunidade. É essencial que haja uma orientação no sentido de satisfazer tanto as necessidades terrestres como as espirituais dos seus habitantes.

Esta formulação acerca da natureza da construção e a sua ligação orgânica à habitação é extremamente relevante para o problema de espaço residencial, visto esta categoria de espaço estar mais ligada à habitação do qualquer outra categoria, como por exemplo, a educação, as empresas e a indústria. A forma como Heidegger aborda a natureza das construções é muito abstrata e, apesar das explicações sobre a sua dimensão semântica, não elabora o suficiente sobre a manifestação concreta associada a esses significados. Além disso, o espaço de habitação é um conceito muito complexo e não pode ser demonstrado apenas através de alguns exemplos como o da ponte.

5.3 Espaço Existencial, segundo Christian Norberg-Schulz

5.3.1 Espaço Existencial

Norberg-Schulz trata o Espaço como uma dimensão da existência humana. Como parte deste processo, o Homem lida com as coisas físicas, interage com outras pessoas, e adquire as realidades abstratas, ou significados transmitidos através dos vários idiomas criados através das diversas linguagens criadas com a finalidade de comunicação. Uma vez que a maior parte desta relação, interação e apreensão ocorre dentro de uma estrutura espacial, é possível argumentar que o espaço constitui um aspeto da orientação do homem no mundo. Norberg-Schulz argumenta que, a fim de facilitar essa orientação, o Homem deve compreender as relações espaciais que compõem as suas ações e incorporá-las num conceito de espaço. **(22)**

Refletindo sobre as teorias filosóficas do espaço, desde os primeiros tempos do antigo filósofo grego Parmênides até Descartes, Norberg-Schulz classifica essas teorias em duas grandes vertentes:

A primeira se centra em torno do espaço físico, quotidiano e macro, a segunda refere o espaço matemático que foi desenvolvido para descrever as diversas categorias de espaço físico. **(23)** A partir destas duas vertentes lançou as bases para a maioria das abordagens atuais do espaço arquitetónico, que também podem ser classificadas em duas classes principais ou como teorias de pensamento.

A primeira é baseada no espaço euclidiano e estuda a sua gramática. A segunda concentra-se no desenvolvimento de uma teoria do espaço arquitetónico sobre a base da perceção psicológica. Por conseguinte, Norberg-Schulz conclui que os atuais estudos nesta área ou tendem, a deixar o Homem de fora, pela discussão da geometria abstrata, ou envolvem, reduzindo a sua relação com o espaço arquitetónico de sensações e impressões únicas. **(24)**

Este autor afirma que, em parte, o espaço sempre foi empregue para interpretar a natureza da arquitetura sem um argumento convincente sobre o seu significado e o seu papel neste contexto, considerando Sigfried Giedion uma exceção devido à sua contribuição substancial para a atualização do conceito de espaço, que emprega o conceito como forma de apresentação da história da arquitetura. **(25)** Giedion também contribuiu, através da sua própria conceção de espaço, para conseguir, de certa forma, superar o realismo ingénuo das abordagens atuais, através do reconhecimento da função da imagem espacial, ou conceito, em variações qualitativas na perceção do espaço, e assim, chama a atenção para a dimensão emocional deste processo.

Norberg-Schulz, face à investigação de Giedion, defende que, apesar do seu início bem sucedido, este não foi capaz de desenvolver uma formulação filosófica precisa.

Sublinha ainda que também existem outras obras dentro do campo da teoria arquitetónica que contribuem para uma teoria mais adequada e abrangente do espaço arquitetónico. Acrescenta que a contribuição de Dagobert Frey enfatiza que o espaço arquitetónico não é uma função de efeitos percetivos imediatos porque tem uma estrutura que deveria ser experimentada como expressão de características básicas da existência humana, tendo conseguido superar as limitações das abordagens baseadas na perceção psicológica. Norberg-Schulz sublinha que a formulação desenvolvida por Rudolf Schwarz assemelha-se ao pensamento de Frey, enfatizando também a importância de se considerar a forte ligação entre a estrutura fundamental da existência, o estar no mundo, e as propriedades do espaço arquitetónico.

Norberg-Schulz refere também o contributo de Kevin Lynch como um dos que contribuíram para uma melhor compreensão da natureza do espaço arquitetónico, considerando que este objetivo foi alcançado através da formulação do conceito de

imagem ambiental que Lynch define como uma imagem mental generalizada do mundo físico exterior. Lynch considera o desenvolvimento da imagem como um resultado de sensações imediatas, bem como de experiências anteriores, atribuindo o seu significado ao seu papel fundamental na interpretação de informações e orientações. De acordo com Norberg-Schulz, Lynch concorda com Frey e Schwarz, no que diz respeito à tentativa de interpretar o ambiente em termos de relacioná-lo com a vida social e a existência das pessoas, assim como na tentativa de identificar as propriedades fundamentais de organização espacial, tais como os pontos focais, denominados regiões e rotas. **(26)**

O conceito do espaço existencial, formulado por Norberg-Schulz, baseia-se também nas investigações desenvolvidas fora do âmbito da arte e teoria arquitetônica. No campo da psicologia, na obra de Jean Piaget sobre psicologia infantil, o conceito de espaço existencial foi elaborado a fim de elucidar o significado, a natureza e a estrutura da imagem ambiental, correspondendo assim ao espaço existencial.

No campo da filosofia, estudos fundamentais sobre o espaço, precedidos por Gaston Bachelard, Otto Bollnow Etriedrich, Maurice Merleau-Ponty e Martin Heidegger, foram também determinantes para estabelecer a relação entre a existência humana e o espaço. Relativamente a esta relação, Norberg-Schulz refere-se à afirmação de Merleau-Ponty "o espaço é uma das estruturas que expressa o nosso ser no mundo". **(27)**

Segundo Norberg-Schulz, Heidegger contribuiu substancialmente no sentido de clarificar a natureza da dimensão espacial da existência humana. A este respeito, refere a afirmação de Heidegger de que não podemos separar o homem e o espaço. Mencionando também o estudo feito para estabelecer a relação entre espaço, habitação e existência, alegando que os espaços adquirem a sua existência através de lugares, e que a relação do homem aos lugares e através dos lugares para os espaços, consiste na habitação.

Norberg-Schulz conclui o seu raciocínio, com base numa afirmação de Heidegger, afirmando que "só quando somos capazes de habitar, podemos construir". **(28)**

5.3.2 Elementos do Espaço Existencial

Norberg-Schulz considera o espaço existencial como uma imagem relativamente estável do ambiente, que se desenvolve, de forma gradual durante a infância. Durante esta fase, a criança constrói mentalmente o mundo como um sistema de incidentes similares, relacionados com determinados lugares, desenvolvendo a compreensão do espaço no seu todo, constituindo uma condição necessária da orientação humana. O papel da imagem, na orientação é originado através da natureza da percepção do espaço, sendo que esta não se baseia nas sensações e na imagem ambiental que os interpela.

Acrescenta que o estabelecimento de uma ligação orgânica entre espaço e existência humana leva-nos a uma estrutura particular da sua existência, constituída por duas componentes: uma abstrata, representada pelos esquemas topológicos e geométricos, mais generalizados, que constituem a imagem ambiental; e outra concreta que se refere à apreensão desses esquemas sob a forma de elementos ambientais: paisagem, paisagem urbana, prédios e coisas físicas.

Norberg-Schulz salienta que o esquema espacial, a componente abstrata da existência humana, é composto por aspetos separados, cada um inteiramente centrado em torno de uma única atividade. À medida que uma criança se desenvolve, a sua percepção espacial também se desenvolve de uma forma mais estruturada,

caracterizando-se pela continuidade e encerramento. Através da forma organizacional desse esquema, a estrutura da existência humana é transposta e mentalmente estabelecida em termos de centros ou locais, direções ou caminhos e áreas ou domínios. Enquanto os Centros são caracterizados pela proximidade, as direções são pela continuidade e as áreas pelas fronteiras. A fim de se orientar, o homem tem de apreender essas características espaciais.

Centro e Lugar

Para Norberg-Schulz, durante os primeiros anos de vida, o Homem depende apenas da percepção espontânea, portanto, o seu espaço é subjetivamente centrado. Como os seus esquemas se desenvolvem, gradualmente, a noção de centro é estabelecida como um meio de organização geral, e certos centros são "externalizados", como pontos de referência no ambiente.

Sublinha que a necessidade de haver centros tem sido preponderante desde os tempos remotos, na medida em que certos centros sagrados, desenvolvidos por civilizações antigas, eram considerados um ato de consagração e iniciação. A consagração e a iniciação também estão associadas com o retorno para casa devido ao seu significado mais íntimo e mais concreto, indicando o centro do nosso mundo pessoal. **(29)**

Desde os primeiros anos de infância, a casa dá ao Homem uma sensação de segurança e representa para ele o que é conhecido, em contraste com o desconhecido e assustador mundo ao seu redor. Apesar de vermos a casa como um lugar, esta é considerada uma questão pessoal, mas tem um carácter comum através do qual une os membros da sociedade.

Norberg-Schulz sustenta que, durante o crescimento de uma pessoa, as suas ações tornam-se centros mais diferenciados e novos, representando locais de atividades específicas e de interação social de um suplemento que se destaca pela sua casa. As ações de uma pessoa tornam-se significativas apenas em relação aos locais específicos, os quais também adquirem carácter especial. A multiplicação de lugares e a sua incorporação no espaço existencial de uma pessoa liberta da afeição aos lugares individuais. **(30)**

No que se refere aos Centros e Lugares, estes são caracterizados por uma dimensão específica e estrutura formal, que reflete consideravelmente sobre a ação que ocorre dentro das suas fronteiras. A dimensão limitada de certos lugares, considerados em conjunto na sua forma centralizada, aumenta o efeito de concentração e concede-lhes um carácter forte. Geralmente, a dimensão existencial dos lugares é feita, mais concretamente, através das características topológicas de proximidade, centralização e encerramento. **(31)**

Direção e Caminho

Para Norberg-Schulz, à medida que cada lugar, no espaço existencial, precisa essencialmente de comunicar com outros lugares, este espaço é também composto por caminhos que ligam os lugares localizados dentro deste. Além disso, ao ligar lugares entre si, o caminho também orienta um lugar numa direção específica. Caminho e direção, considerados em conjunto, formam um outro elemento fundamental do espaço existencial. **(32)**

Para apoiar o seu argumento, este autor recorda que a importância das direções em relação a um lugar já foi reconhecida por Aristóteles. Segundo a sua conceção, as

distinções qualitativas associadas a locais, como em cima e em baixo, em frente e atrás, à direita e à esquerda, estão enraizados na constituição do ser humano e na sua relação com o campo gravitacional. **(33)**

Sobre as direções básicas relacionadas aos lugares, Norberg-Schulz salienta que, enquanto o eixo vertical tem sido associado à dimensão sagrada do espaço e à componente surreal da existência humana, a horizontal geralmente representa a vida real do ser humano e a sua ação no mundo.

Assim, o modelo mais simples do espaço existencial pode ser ilustrado por um plano horizontal perfurado por um eixo vertical.

Neste plano, uma pessoa, no cumprimento de determinados objetivos importantes, escolhe e cria caminhos, o que concede ao seu espaço existencial um caráter específico. Enquanto alguns caminhos realmente levam a locais específicos, outros podem ser apenas um indicador de determinadas intenções. Alguns caminhos desta segunda categoria podem constituir importantes símbolos da existência humana. **(34)**

Refere ainda que as direções do espaço existencial não são determinadas pelos seres humanos por si só, pois a natureza também contém instruções que influenciam esta categoria de espaço. Desde tempos remotos, os pontos cardeais foram um fator importante na determinação da estrutura do mundo, com Este associado à vida e Oeste à morte. Certas teorias formulam uma cosmologia global através da combinação dos pontos cardeais, como a do “axis mundi”. **(35)**

Norberg-Schulz acrescenta que, perceptivamente e como um esquema, qualquer caminho é caracterizado pela continuidade e é imaginado como uma sucessão linear de elementos. A experiência com esses elementos dota o caminho com um caráter especial que aumenta o potencial gerado pelo ponto de partida e de chegada que envolve um caminho. No entanto, um caminho pode adquirir grande importância sem ter essas denominações, isto é, quando funciona como um eixo de organização dos elementos que o acompanham. **(36)**

Área e Região

Norberg-Schulz é da opinião que os Caminhos dividem o ambiente do ser humano em áreas, mais ou menos conhecidas, referidas como regiões. As regiões conhecidas, do nosso espaço existencial, são rodeadas por um mundo relativamente desconhecido. Em certa medida, as regiões são também lugares, pois estas são definidas pela proximidade e similaridade de elementos constitutivos. Mas a distinção entre as duas, área e região, reside no facto de que as regiões podem incluir as áreas às quais não pertencemos e, portanto, não funcionam como metas para nós. Nesse sentido, as regiões podem ser definidas como um território relativamente destruturado em que os lugares e caminhos surgem como figuras mais notáveis e, através destes, unificam o espaço existencial numa completa e coerente imagem ambiental. **(37)**

No que diz respeito às regiões, Norberg-Schulz refere que, devido às suas propriedades gerais, estas funcionam como potenciais locais nos quais as atividades de uma pessoa acontecem. Para se integrar no ambiente, a pessoa estrutura mentalmente, em regiões, por meio de caminhos e lugares. **(38)**

A este respeito, Muller cita a antiga simbologia que divide o mundo em regiões, considerando isso como uma expressão de um desejo do homem para imaginar o seu mundo como um cosmos ordenado dentro de um caos desordenado.

Interação Elementar

Segundo Norberg-Schulz os lugares, caminhos e regiões são como esquemas básicos de orientação e elementos constitutivos do espaço existencial. Através do seu desenvolvimento, o espaço torna-se uma verdadeira dimensão da existência humana. Os elementos deste espaço podem ser combinados de diversas formas e a importância de cada um deles pode variar de um grupo para outro. Por exemplo, o povo nômada dá prioridade às regiões, enquanto os caminhos e lugares aparecem de forma menos precisa e menos desenvolvida. Assim, qualquer análise do espaço existencial deveria começar, em primeiro lugar, por analisar a importância relativa de cada uma das categorias desses elementos, antes de investigar as interações elementares. **(39)**

Norberg-Schulz refere que, através da interação dos locais com a sua envolvente, se origina um problema do interior e do exterior, o qual é considerado um aspeto fundamental do espaço existencial. Para uma pessoa estar no interior, objetivo principal para o desenvolvimento dos lugares, o seu lugar deve satisfazer determinados requisitos formais que refletem a personalidade do seu ser. A Geometrização desempenha um papel importante no sentido de satisfazer esses requisitos. Além disso, como qualquer lugar que tem um ponto de chegada, tanto o seu interior como exterior são, mais ou menos unidos, através de uma entrada. Com a introdução deste elemento, o local assume um sentido de direção. A entrada e a área de transição entre o interior e o exterior expressa a relação entre o local e o ambiente, explicando assim o significado simbólico da porta desde tempos remotos.

Em referência aos lugares, Norberg-Schulz refere que um lugar está relacionado com várias direções por um sistema de caminhos, que originam muitas vezes uma forma de estrela em torno deste. Devido ao fato de que os caminhos são determinados pelo relacionamento de atividades humanas, esses caminhos são geralmente ligados entre si para formar um sistema identificado que exprime as possibilidades de movimento das pessoas e o alcance do seu mundo. **(40)**

Sublinha ainda que o sistema de caminhos, considerados em conjunto com condições topográficas, divide a nossa imagem ambiental em regiões de diferentes graus de densidade. Regiões mais densas são vivenciadas como formas exemplares, enquanto que as menos densas surgem como um território neutro. Neste caso, as áreas mais densas tornam-se lugares, embora estas possam não ter limites claros, enquanto outras áreas permanecem como regiões. Em relação a este processo, é importante salientar que a identificação humana com o meio ambiente pressupõe estruturá-la em áreas com diferentes densidades e criar focos mais densos que servem como pontos de referência essenciais.

Norberg-Schulz conclui sobre os elementos do espaço existencial e afirma que a imagem ambiental é composta por alguns elementos básicos que interagem uns com os outros de uma forma bem característica. Recordando o velho conceito de “genius loci”, Norberg-Schulz diz que é reconhecido, desde tempos remotos, que o caráter específico do lugar que acomoda um grupo de pessoas determina as propriedades da imagem ambiental que partilham entre si, e através desta imagem partilhada o grupo experiencia uma forte sensação de afeição ao seu lugar comum. O caráter do lugar revelou-se, em muitos casos, suficientemente forte para suportar as alterações políticas e culturais. **(41)** No que diz respeito ao fundamento principal da imagem ambiental da existência humana, e aplicando a expressão de Heidegger, “*o espaço existencial, por conseguinte, simboliza o ser do Homem no mundo*”. **(42)**

5.3.3 Níveis do Espaço Existencial

Como parte da sua análise da interação entre o ser humano e o meio ambiente, Norberg-Schulz conclui que os elementos do espaço existencial ocorrem em vários níveis dentro de uma hierarquia que se estende desde os níveis mais altos da geografia e da paisagem para os níveis mais baixos de mobiliário e objetos ainda menores. Estes níveis são determinados pelo meio ambiente, bem como a constituição da vivência da pessoa. O sistema de esquemas desenvolvido em conjunto com cada nível e considerados, em conjunto, com a forma como estes interagem constitui a estrutura do espaço existencial. **(43)**

O grau de esquemas desenvolvido em cada nível do espaço existencial varia de um grupo para outro. Por exemplo, o esquema correspondente ao nível urbano pode ser menos desenvolvido entre povos nômadas. Também a natureza dos esquemas varia de um nível para o outro; assim, enquanto que a articulação do nível da casa se baseia principalmente na geometria, aqueles que representam o nível urbano são expressos em termos de características topológicas. **(44)**

Nível Geográfico

Segundo Norberg-Schulz, o nível geográfico tem um caráter cognitivo e é pensado em vez de vivido, o que pode influenciar mais direta e totalmente experienciados a vários níveis ambientais. O espaço a este nível raramente serve como um modelo para replicar, mas apesar disso concede identidade aos objetos, como um país ou região e, portanto, serve fins políticos e culturais. Lugares e caminhos do espaço geográfico têm um caráter abstrato, mas, embora estes não representem o que é diretamente conhecido, ainda constituem potenciais elementos de espaço existencial. Essencialmente, o conteúdo deste nível é constituído por várias regiões. **(45)**

A fim de descrever a estrutura do espaço geográfico de uma forma mais articulada, Peter Haggett aplica os conceitos de: rede, nó, superfície e hierarquia. **(46)**

Nível de Paisagem

O nível da paisagem, de um modo geral, constitui o fundamento sobre o qual as configurações do espaço existencial se desenvolvem. Mas apesar da sua relação e do impacto sobre a existência humana, este nível raramente tem sido investigado, sendo que a teoria formulada por Rudolf Schwarz é a única tentativa neste âmbito. **(47)** Como parte da sua teoria, Schwarz afirma que os esquemas que representam o nível da paisagem são gerados pela interação de atividades da pessoa com a topografia, vegetação e clima. Assim, pode haver algumas diferenças no esquema desenvolvido por pessoas que praticam atividades diferentes, como os mineiros em comparação aos agricultores. **(48)**

Norberg-Schulz comenta a este propósito que, apesar do fato deste nível ser essencialmente considerado como pano de fundo, a paisagem tem propriedades estruturais que podem oferecer grande potencial para o desenvolvimento dos lugares, caminhos e regiões, e assim pode ajudar a satisfazer necessidades humanas para fins de identificação, orientação e segurança. O planeamento adequado dos componentes da construção pode ser empregue, juntamente com a paisagem, de maneira a assegurar a satisfação dessas necessidades. Em relação à ocupação da paisagem para tais fins, a definição de regiões por meio de elementos naturais, por exemplo, encostas, margens

e variação na textura, sugerem fortemente que os elementos estão integrados como parte da imagem ambiental da pessoa. **(49)**

Nível Urbano

Norberg-Schulz refere que este nível é composto de estruturas que, na maior parte, são determinadas pelas atividades da pessoa e pela sua interação com o ambiente. A forma básica, a este nível, é o que as pessoas se lhe referem como o seu lugar, que é concebido durante o desenvolvimento da pessoa, como descobre um todo estruturado, partilhando com outros. Através do sentimento de partilha deste lugar, as pessoas que o habitam adquirem um senso de identidade e segurança, pois um lugar como este representa, para eles, uma parte segura e conhecida no meio de um desconhecido mundo. Assim, a principal qualidade da imagem urbana reside na forma de realização deste lugar único de identificação, que pode ser representado pelo território. A fim de satisfazer as exigências básicas de identidade e segurança, este lugar tem de ter um carácter figurativo que corresponde à imagem urbana dos povos que a habitam.

A identidade de um território em relação à área envolvente depende da densidade dos seus elementos constituintes. Os padrões de aldeias de diferentes períodos históricos e de várias partes do mundo indicam que a densidade satisfaz uma necessidade básica do ser humano. Contudo, a densidade tem sido associada a um requisito de defesa, que também tem sido uma característica do planeamento demográfico, onde a defesa não foi necessária. Em geral, podemos supor que a necessidade de densidade é motivada por sentimentos mais profundos.

Para além da qualidade geral do lugar, a estrutura urbana é também composta por uma organização interior, que é descrita por Lynch em termos do conceito de nó, caminho e distrito. A descrição de Lynch vai além dos efeitos visuais desses elementos e explora desde a relação orgânica à existência humana. **(50)**

A abordagem de Lynch é aceite, neste caso, com a confirmação de Claude Lévi-Strauss que, em referência às sociedades tradicionais, indica que a imagem ambiental se baseia em simples relações topológicas, que variam de acordo com a posição da pessoa na estrutura social. Lévi-Strauss acrescenta que a imagem-tipo de cada uma dessas sociedades tradicionais corresponde ao verdadeiro planeamento padrão característico das aldeias. **(51)**

Para concluir sobre a relação entre o ambiente urbano e as suas respetivas imagens, Norberg-Schulz refere-se a Lynch, que enfatiza que o planeamento e a conceção de tais ambientes devem ter como objetivo projetar as imagens dos seus habitantes em forma concreta. Para isso, os distritos desses ambientes devem ter um carácter particular, os seus caminhos devem levar a metas identificáveis, e os nós devem constituir lugares distintos que concedam aos seus habitantes um sentimento de pertença. **(52)**

Nível da Casa

Referente às casas particulares do nosso ambiente urbano, Norberg-Schulz defende que estas levam-nos para um interior, representando a necessidade de estarmos situados. Mas, além de casas particulares, existem outras casas que têm um caráter público, referindo-se aos casos em que as pessoas “habitam” em edifícios públicos. Assim, o conceito de casa é de um alcance variável, dependendo se a vida social de um grupo é centrado na vida familiar, no interior de casas individuais, ou na comunidade, alargando assim o conceito a locais públicos. Em ambos os casos, o ambiente exprime a função fundamental de habitar. **(53)**

A casa constitui o lugar central da existência humana, dentro dos seus limites a criança aprende a compreender a sua existência no mundo, e é onde o homem se autoidentifica e se sente seguro para partir e voltar. **(54)**

A este respeito, Gaston Bachelard descreve a casa como uma das grandes forças integradoras na vida do Homem. **(55)**

A estrutura da casa é basicamente semelhante à de um lugar, mas tem uma estrutura interior constituinte de lugares subordinados e de caminhos conectantes. Esta estrutura é uma manifestação concreta da totalidade coordenada das atividades e formas de vida características de cada casa. Através desta forma de vida, que expressa o ser do Homem na terra, a casa interage com o ambiente que a rodeia. **(56)** Norberg-Schulz corrobora a ideia de Heidegger que sublinha que estar na terra significa também estar sob o céu e que as atividades associadas com a casa são também orientadas para as divindades. A este respeito, cita Heidegger segundo o qual “a casa expressa a estrutura da habitação, com todos os seus aspetos físicos e psíquicos”. **(57)**

Deste modo, Norberg-Schulz refere que a casa é imaginada como um sistema de atividades significativas, concretizadas como um espaço constituído por lugares com diferentes caracteres. Assim, a imagem é constituída de lugares diferenciados que interagem entre si e com o meio ambiente em diferentes maneiras e que, acima de tudo, o caráter da imagem é determinado por “coisas” concretas como a lareira, a mesa e a cama. **(58)**

Nível da Coisa

Para Norberg-Schulz o nível mais baixo do espaço existencial é o das coisas, tais como o mobiliário e outros artefactos. A este nível, não podemos falar sobre lugares, caminhos e regiões, visto, neste nível, se tratar de coisas que interagem com o seu redor porque estamos familiarizados com essas coisas e lidamos com elas de uma forma muito direta.

Acrescenta ainda que, geralmente, interagimos com as coisas servindo como focos na casa. A lareira, a mesa de jantar e a cama são alguns desses focos, no qual a nossa vida gira em redor. Os armários e cómodas também são as coisas da casa que enriquecem a nossa vida através do ocultar e revelar, preservar e recordar. A interação com tais coisas constitui uma dimensão importante da existência humana sendo assim incorporada no espaço existencial.

5.3.4 Interação dos Níveis

Segundo Norberg-Schulz, um todo estruturado dos níveis de espaço existencial corresponde à estrutura da existência humana, através da sua relação com objetos físicos, psíquicos, sociais e culturais, que são verificados em vários níveis: o nível das coisas, da casa, da cidade e da paisagem. O Homem encontra esses objetos em diferentes níveis de espaço existencial. Com isso, procura Deus na natureza, reúne-se com os seus amigos na cidade, identifica-se consigo próprio na casa e está seguro de si mesmo por meio do alcance das coisas. Assim, pode-se considerar estes níveis como as propriedades do espaço existencial.

É importante que os níveis de espaço existencial representem uns com os outros e que as relações topológicas do nível mais elevado sejam expressas, em termos geométricos, nos níveis mais baixos. Esta representação também assume a forma de expressão cosmológica em termos de sistemas ambientais concretos, o que indica uma tendência do Homem para representar o desconhecido com coisas conhecidas. Através deste processo de representação, o homem assimila o ambiente e transpõe-no em edificações e coisas concretas. Norberg-Schulz conclui que consideramos a diferenciação do espaço existencial, em diversos níveis, como um processo de tentativas do homem em tomar posse de seu ambiente.

Para este autor, o espaço existencial pode ser descrito como uma totalidade simultânea em que os níveis interagem para formar um campo complexo. Através da percepção, partes desse espaço são experienciadas, mas a imagem geral existe independentemente da situação individual, destacando que este campo não é nem contínuo nem uniforme. Contém um sistema de centros, onde geralmente um deles domina os outros. Alguns centros podem estar localizados dentro de outros, como uma coisa que está no interior de uma casa ou de uma cidade que se insere numa região. Como resultado, Norberg-Schulz afirma que os níveis realmente incluem a interação de uns com os outros, acrescentando que, em cada nível, os centros são ligados uns aos outros por caminhos. As regiões também podem conter sub-regiões que consistem de lugares e caminhos.

Norberg-Schulz conclui que o espaço existencial, geralmente, consiste em vários sistemas sobrepostos e interstícios que interagem uns com os outros.

5.3.5 Conclusão

O espaço é codificado na mente de uma pessoa como parte do seu desenvolvimento, através dos processos de socialização, aculturação e interação com o ambiente que este partilha com a sociedade. Como resultado, uma imagem espacial ou espaço existencial é desenvolvido de elementos básicos como lugares, caminhos e regiões, representando as atividades e a vida social da pessoa. O caráter e os significados subjacentes a esta vida são expressos por esses elementos e sua interação, em termos de certas relações espaciais, tais como a centralização, aglomeração, proximidade e limite.

Norberg-Schulz refere que como a vida social geralmente ocorre em vários níveis, o espaço existencial que a representa também está organizado em vários níveis. Esses níveis interagem uns com os outros, da mesma forma que acontece num determinado ambiente; por exemplo, quando a casa interage com a área habitacional na qual está inserida. A maneira específica em que os elementos interagem dentro de cada nível, e os diferentes níveis interagem uns com os outros no espaço existencial, exprime a totalidade da vida e da existência de uma sociedade. Ao compartilhar essa

imagem espacial, os membros de uma sociedade usufruem de um sentimento de identidade e orientação.

Como parte da orientação e a fim de manter a sua identidade, a sociedade tenta projetar o seu espaço existencial numa forma concreta e, portanto, encarnar a sua forma ideal de vida. Isto é conseguido através da organização de elementos ambientais, de acordo com relações espaciais específicas, e em vários níveis ambientais.

Nos casos em que o desenvolvimento do espaço habitacional é controlado por instituições oficiais, é essencial que as diretivas sejam baseadas nas características específicas do espaço existencial da sociedade, indo de encontro à política que se destina.

Através do conceito de espaço existencial, é expressa a relação entre a existência, habitação e construção em termos de relações espaciais, análise estrutural e formas ambientais concretas.

6. HOSPITAL MIGUEL BOMBARDA, UMA OUTRA REALIDADE

6.1 INTRODUÇÃO

Irá ser feita uma abordagem ao território do Hospital Miguel Bombarda, com o objetivo de fazer uma análise do seu papel no tecido urbano de Lisboa. Uma análise, portanto, de dentro para fora, partindo da sua identidade como um outro lugar, para a sua influência no tecido urbano de Lisboa. As noções que aqui serão desenvolvidas visam uma contribuição para o desenvolvimento de uma proposta para esta área.

6.2 Um lugar metamórfico e divergente

O conjunto como um lugar metamórfico é dado como um exemplo de duas valências, através das quais, a área em questão já pertenceu. A primeira, o lugar sagrado da santidade, purificador e respeitável, reservada para os indivíduos em estado metamórfico, do qual se insere o Convento de Rilhafoles. A segunda, o serviço militar, onde começaram as primeiras manifestações da masculinidade. Após a extinção das ordens religiosas em Portugal, o Convento de Rilhafoles sediou o Colégio Militar Real. Na sociedade estas valências foram desaparecendo e os lugares que elas abrigavam também, sendo substituídas por lugares diferentes. O exemplo aqui é o lugar onde coabitam os indivíduos cujo comportamento difere em relação ao padrão. O Convento de Rilhafoles passa a ter essa identidade, depois de ser o Colégio Militar, tornando-se o Hospital Rilhafoles, o atual Hospital Miguel Bombarda.

6.3 Multidisciplinaridade do lugar

O Hospital Miguel Bombarda conciliou toda uma diversidade de lugares num só. Pode-se fazer a comparação com um palco de teatro, que se sobrepõe, um atrás do outro, em lugares díspares. Além de se poder falar numa multidisciplinaridade de espaços no mesmo local, a acontecer temporalmente, no caso específico do Hospital Miguel Bombarda, nota-se que há também a escala do próprio espaço. Encontramos neste lugar diferentes unidades de paisagens, relacionadas para diferentes usos, tais como, o Panóptico e o seu enquadramento, os jardins com pomares e o edifício principal que unifica o hospital e os banhos, mas que se relacionam entre si e se complementam mutuamente, funcionando como um todo.

6.4 Memória temporal

Há neste lugar uma rutura completa com o tradicional. Ao entrar neste espaço temos uma relação com um outro tempo, que não seja o da cidade atual. Enquanto convento ou colégio, o local foi a rutura com o tempo tradicional, teve um tempo próprio, um tempo partilhado em comunidade, uma rotina com horários e um tempo de retiro. Na sua função enquanto Hospital Psiquiátrico, desta vez, embora inserido numa rotina, torna-se um tempo que não corresponde à realidade, um tempo alienado. Há, naturalmente, nesta situação duas realidades temporais que se sobrepõem, a rotina, perto da cidade “real” imposta por aqueles que trabalham lá e a realidade de quem vive no Hospital. Identificar as diferentes realidades que existiram no Hospital Miguel Bombarda leva-nos a uma acumulação de formas, de épocas, compondo um lugar onde se concentra todos esses tempos, que perdura uma acumulação de memórias temporais, sendo de uma importância primordial. Quase como se toda a história da humanidade fosse acessível numa espécie de conhecimento imediato, naquele local, tornando-se num lugar acumulador de memórias.

6.5 Dicotomia do lugar

O Hospital Miguel Bombarda possui um sistema de abertura e fecho que tanto o torna isolado como o torna acessível. É um espaço privado, onde a entrada só acontece através de um processo semelhante aos antigos rituais ou purificação. E quando isso não acontece e entramos nesses espaços, somos excluídos. Ou somos parte dessa realidade ou acreditamos numa ilusão, sendo meros espetadores. O elemento físico desta situação está relacionado com a cerca conventual, enquanto elemento agregador de experiência e tempo, que mantém este lugar fechado e uma antítese para com a cidade. Ao longo do tempo, a Quinta de Rilhafoles sofreu muitas transformações e diferentes apropriações do seu espaço, alterando a sua configuração inicial. Os conventos embora fundados em ambiente rural, estabeleciam com a urbe uma relação de dependência e orientadora da expansão urbana. Enfatizavam as linhas orientadores dos caminhos que permitiram sustentar novas malhas, e não o contrário, onde essas novas malhas que se estavam a impor e a apropriar-se da cidade, destruíram partes da Quinta de Rilhafoles, deixando o que existe atualmente.

Da mesma forma, é esta mesma cerca que lhe permite manter este lugar como inviolável e sagrado. Sendo que, atualmente, já atingiu uma certa desmistificação teórica do espaço, mas em termos práticos, há princípios que permanecem invioláveis, como as dicotomias entre espaço público e privado, associado com a vida familiar ou social, ou até mesmo o espaço cultural ou o utilitário, associado ao lazer ou ao trabalho. Estas conceções são invioláveis, e são as únicas, pelas quais, se continua a tentar desenhar cidade, nos modos que temos atualmente, apesar da transformação contemporânea da mesma, mostrar uma profunda redefinição dos contornos do espaço público e privado, trazendo ao de cima um terreno traiçoeiro e igualmente fértil de condições que não são meramente híbridas, mas que preferem desafiar uma descrição fácil nestes termos.

É uma temática tão complexa que nos questiona sobre o espaço público e o espaço privado. Há espaços interiores que são uma continuação do espaço público exterior, por exemplo, a igreja é uma instituição com um espaço compartilhado e uso coletivo, não é um espaço público ou privado. Isto pressupõe uma definição que exclui o espaço público, mas que se abre para o domínio público. Esta situação aplica-se no caso do Hospital Miguel Bombarda, porque é essa abertura para o domínio público, mas com uma definição de um “outro lugar”.

6.6 Interação com a cidade

A área do Hospital Miguel Bombarda, tem vários focos, quer como equipamento que sempre hospedou comunidades gregárias, quer como o ter uma função ecológica. Um desses focos, é a sua classificação de espaço urbano, uma vez que este é definido como um tecido urbano de Lisboa. A transição desse espaço consolidado de uso coletivo e espaço residencial, mistura-se com as áreas circundantes. E esta mudança ao nível utilitário leva a uma transformação de identidade deste "outro lugar", transformando-se num lugar que se relaciona com a sua envolvente. Através desta relação, já não é importante ser um espaço público ou privado, mas sim um lugar de uso na sociedade.

Uma vez que está inserido na "Estrutura Verde" da cidade de Lisboa, este lugar exalta a importância dos espaços verdes num enquadramento com as suas colinas. O "Sistema Verde Continuo" da Avenida da Liberdade, sendo uma das áreas mais poluídas da cidade, é dividido transversalmente com a estrutura das encostas descontínuas, o que favorece a renovação atmosférica da Avenida da Liberdade. O Hospital Miguel Bombarda encontra-se na cumeeira desta estrutura, que contém uma função ecológica essencial para o funcionamento deste sistema.

Segundo Ribeiro Telles, "Os espaços abertos que se enquadram no meio urbano estabelecem entre si relações que são interligadas, embora estas apresentem carácter distinto de acordo com a escala considerada do tecido e as características morfológicas e tipológicas do mesmo. Quer inseridos na estrutura edificada descontínua, quer na estrutura edificada contínua, devem ser igualmente considerados, assumindo um papel estrutural determinante quer ao nível dos Sistemas Naturais e Unidades de Paisagem, quer ao nível dos Conjuntos com Identidade Urbana." **(59)**

6.7 Espaço Paradoxal

Existe um espaço paradoxal nas situações de transição de ambiente urbano, não sendo por vezes possível atribuir um carácter particular, que estabelece a fronteira entre conjuntos urbanos claramente definidos. Esta distinção é baseada, em primeiro lugar, sobre as características de relevo que influenciam fortemente a ocupação urbana de Lisboa. A sobreposição entre as linhas de referência do relevo territorial com linhas de estruturação do tecido urbano são exemplos que reforçam essa dualidade de espaços distintos. Por exemplo, comparando o surgimento da malha das Avenidas Novas com a existente malha medieval, torna-se claro a existência de uma linha de limitação, entre estas, sendo o Hospital Miguel Bombarda uma área afetada por este enclave urbano. É uma quebra súbita e evidente nesta área da cidade, tornando-se uma descontinuidade urbana que interrompe a continuidade aparente e a normalidade do tecido da cidade.

Assim, pode ser considerada uma "ilha" completamente desconexa do tecido da cidade, relativamente consistente, da qual faz parte. Uma ilha que é a interseção entre duas axialidades que definem esta área. A primeira, como linha axial do real / imaginário e na qual se revê os conceitos de utopia. A segunda, como ideia de um espaço formal, o que indica a axialidade entre lugares: o comum / "outro", onde revemos as ideias de "Topos" (a máxima do senso comum).

6.8 Conclusão

Ao longo dos séculos passados, o debate urbano manteve-se bastante ativo, transitando entre conceitos básicos, como os modelos progressistas caracterizados como limitadores e repressivos, devido à sua rigidez imposta pelo seu enquadramento espacial predeterminado, e pelos modelos culturalistas, associados a uma visão de uma forma mais orgânica da cidade, mas de origem nostálgica.

Relativamente aos cânones da cidade industrial, este tema foi baseado na dimensão de utopia, tendo como objeto de reflexão um tempo passado e um tempo futuro, resultando assim, em modelos da futura cidade.

Choay afirma que, “o que é expressão de desordem, chama sua antítese, a ordem.” (60) Depois de se ter classificado como desordem, a ordem urbana, foram feitos esforços para se opor aos seus ideais e modelos, que são projeções do coletivo e do individual imaginário, racionalizadas. Pelo seu carácter, tanto racional como utópico, estes modelos provaram ser ferramentas poderosas em ação e exerceram uma forte influência sobre as estruturas urbanas estabelecidas, ajudando a definir e a classificar certas normas de base urbana.

Essas projeções, quando postas em prática dão origem a situações como a encontrada na transição dos traçados urbanos do séc. XIX, até o início do séc. XX, na cidade de Lisboa. A imposição da projeção racionalizada realizada através do plano das Avenidas Novas, de cânone cartesiano, cria em certos pontos, uma desconexão no tecido urbano e sua relação com a morfologia da cidade. É a expressão de uma utopia, onde a técnica foi sobrevalorizado em detrimento de outros fatores, expropriando a morfologia da cidade de Lisboa, mas, ao mesmo tempo dando-lhe um novo carácter, na qual a cidade é construída por sedimentação, substituição, fragmentos excluídos e pela exterminação incompleta.

No caso da área do Hospital Miguel Bombarda, esta é a expressão da desordem, em oposição, à ordem imposta por estes dois traçados. Mas, no passado, esta área gerou os traçados da cidade, no qual, foram os conventos que orientavam o planeamento da expansão urbana, e assim definindo os percursos das novas malhas. Hoje é um “outro lugar”, isolado e segregado no tecido urbano, antítese da cidade que o rodeia.

De acordo com Costa Lobo, o zonamento urbano é a forma clássica da segregação de funções no tecido urbano, mas à medida que a cidade evolui, tende naturalmente a se misturar devido à pressão e à influência que uma determinada área tem sobre a outra.

No que diz respeito à adaptação de novos usos desta área da cidade, há que estabelecer uma outra realidade ao Hospital Miguel Bombarda. Sendo necessária uma regeneração e transformação, com o intuito de uma maior utilização desta, evitando o seu contínuo abandono e deterioração.

Como primeira abordagem é analisada a Rua Gomes Freire, situada a Este da área de intervenção, sendo uma rua importante devido à sua história, bem como o comércio e vivência existente, é também um importante eixo de ligação do tráfego rodoviário. É indiscutível a forte presença do talude existente, dando uma frente de rua de puro betão. Assim, como papel integrante na proposta, é requalificada através de espaços verdes e edificado proposto, bem como acesso pedonal e viário, cuja ligação viária é conectada com diversas interceções dos restantes eixos estruturais, sendo um deles a relação direta com a Rua Gonçalves Crespo.

De forma a dar continuidade da malha existente a Norte da área de intervenção e conectar este lugar à envolvente, são criados eixos com o prolongamento, acesso viário, tanto da Rua Ferreira Lapa como da Rua Gonçalves Crespo, acabando assim por assumir parte estruturante da proposta.

No caso da Rua Luciano Cordeiro, a Oeste da proposta, sendo também uma rua com carácter similar à Rua Gomes Freire, torna-se fundamental criar uma ligação à proposta, que através da Rua Padre Luís Aparício e consequente acesso pedonal proposto estabelece essa relação.

Referente à área de intervenção, é identificado um eixo de ligação que perdurou no tempo, sendo este a relação do Pavilhão de Segurança (Panótico) com o Convento.

Com base na implantação do Convento, este acaba por determinar o ponto de charneira entre a malha estrutural das “Avenidas Novas” e a malha “medieval”.

Assim, é determinado o primeiro nível de ligações à cidade e de certa forma, indica eixos estruturantes da proposta, de forma a criar espaços e ligações, tanto na vivência interna do lugar como na sua relação com o exterior. É possibilitado ao utilizador deambular pelo espaço, permitindo por exemplo, uma ligação de uma cota mais alta (a norte) até uma cota mais baixa a sul.

Edificado Proposto – Reabilitar o Lugar:

Como programa de usos do edificado proposto, contempla comércio e serviços, escritórios e habitação. No caso do edificado existente, contempla novos usos, sendo o Panótico e os banhos D. Maria II museus, devido à sua história, e a conversão do Convento para Museu + Hotelaria.

Face ao primeiro nível do conceito, onde são criados eixos de ligação e interceções dos mesmos, é dada a base para o segundo nível desta “Tridimensionalidade” do conceito.

Visto a área do Hospital Miguel Bombarda ser um ponto de charneira entre duas malhas direccionais distintas, o edificado proposto vem fortalecer e valorizar uma sequência de percursos e “bolsas” permeáveis, criando espaços de permanência de diferentes usos, sendo estes públicos ou semi-públicos, e assim fundindo e dissimulando as características inerentes destas malhas.

Com base na memória do lugar, relacionada com o edificado existente, estes potenciam a criação de espaços, fomentando formas de vivência que até à data estavam desvalorizadas, onde prevalece a relação entre o existente e o proposto.

No caso do Panótico e do Convento, esta ligação visual não só determina um percurso mas também conecta dois polos de usos díspares. No caso do Panótico é dado um uso ou carácter de “respiro”, um espaço verde que apela o exterior, dando uma vivência interna que transpõe para a envolvente. Quanto ao convento, é formalizado um espaço de contemplação, uma “bolsa” como se de um compasso de espera se tratasse.

Agregado ao convento, encontram-se os banhos D. Maria II, atualmente, ofuscados pela magnitude do próprio convento, bem como pela envolvente. Assim, é

proposta uma zona ampla que agrega várias interseções de percursos, sendo um deles o acesso pedonal, proposto, de ligação à Rua Luciano Cordeiro.

Com a formalização dos volumes propostos, segundo nível (Edificado Proposto – Reabilitar o Lugar), aliado ao primeiro nível (Verde Comum (“Piso Térreo”) – Ligação à cidade), com a memória do lugar, as suas pré existências e as ligações com a cidade, estes definem espaços, percursos, fronteiras, permeabilidades e sequências de bolsas, que unificam este território num todo, entre si, com a cidade.

O edifício projetado e desenvolvido tem como programa Habitação + Comércio (piso térreo). Insere-se no epicentro desta área de intervenção, onde aflui os eixos estruturantes do projeto urbano, fazendo com que este absorva e difunda a ligação entre estes.

O edificado é constituído por 3 volumes de habitação, com tipologias T1 e T3, com as seguintes áreas:

Lista Compartimentos Piso 00		
ID	Designação	Área

Condominio		
1	Escritório	20,38 m ²
2	I.S.	3,20 m ²
3	Escritório	20,38 m ²
4	I.S.	3,20 m ²
		47,16 m ²

Lista Compartimentos Piso 00		
ID	Designação	Área

T3		
1	Entrada	3,83 m ²
2	Corredor	10,85 m ²
3	WC	4,59 m ²
4	Cozinha	8,12 m ²
5	Sala	33,06 m ²
6	Varanda	10,87 m ²
7	Quarto	15,59 m ²
8	I.S.	3,80 m ²
9	Quarto	16,19 m ²
10	Quarto	15,24 m ²
		122,11 m ²

Lista Compartimentos Piso 00		
ID	Designação	Área

T3_Direito		
1	Entrada	3,83 m ²
2	Corredor	10,85 m ²
3	WC	4,59 m ²
4	Cozinha	8,12 m ²
5	Sala	33,06 m ²
6	Varanda	11,19 m ²
7	Quarto	15,59 m ²
8	WC	3,80 m ²
9	Quarto	16,19 m ²
10	Quarto	15,24 m ²
		122,44 m ²

Lista Compartimentos Piso 01		
ID	Designação	Área

T1		
1	Entrada	4,66 m ²
2	I.S.	3,20 m ²
3	Cozinha	7,30 m ²
4	Lavandaria	2,95 m ²
5	Sala	23,54 m ²
6	Varanda	14,20 m ²
7	Quarto	14,36 m ²
8	WC	4,43 m ²
		74,64 m ²

Lista Compartimentos Piso 01		
ID	Designação	Área

T3_Direito		
1	Entrada	3,83 m ²
2	Corredor	10,85 m ²
3	WC	4,59 m ²
4	Cozinha	8,12 m ²
5	Sala	33,06 m ²
6	Varanda	10,80 m ²
7	Quarto	14,34 m ²
8	WC	3,71 m ²
9	Quarto	14,83 m ²
10	Quarto	13,96 m ²
		118,08 m ²

Lista Compartimentos Piso 01		
ID	Designação	Área

T3_Esquerdo		
1	Entrada	3,83 m ²
2	Corredor	10,85 m ²
3	WC	4,59 m ²
4	Cozinha	8,12 m ²
5	Sala	33,06 m ²
6	Varanda	10,49 m ²
7	Quarto	14,34 m ²
8	WC	3,71 m ²
9	Quarto	14,83 m ²
10	Quarto	13,96 m ²
		117,77 m ²

Lista Compartimentos Piso 00		
ID	Designação	Área

T1_Centro		
1	Entrada	3,30 m ²
2	Cozinha	5,92 m ²
3	Sala	16,43 m ²
4	Varanda	12,04 m ²
5	WC	5,68 m ²
6	Quarto	9,49 m ²
		52,86 m ²

Lista Compartimentos Piso 00		
ID	Designação	Área

T1_Direito		
1	Entrada	4,62 m ²
2	WC	4,47 m ²
3	Cozinha	8,50 m ²
4	Sala	16,03 m ²
5	Varanda	6,07 m ²
6	Quarto	12,21 m ²
		51,88 m ²

Lista Compartimentos Piso 00		
ID	Designação	Área

T3_Esquerdo		
1	Entrada	5,33 m ²
2	Corredor	6,76 m ²
3	WC	3,64 m ²
4	Cozinha	8,12 m ²
5	Sala	33,06 m ²
6	Varanda	10,80 m ²
7	Quarto	15,90 m ²
8	Quarto	13,97 m ²
9	Quarto	16,05 m ²
10	WC	3,83 m ²
		117,45 m ²

Lista Compartimentos Piso 01		
ID	Designação	Área
1	Entrada	3,30 m ²
2	Cozinha	5,92 m ²
3	Sala	16,43 m ²
4	Varanda	12,02 m ²
5	WC	5,68 m ²
6	Quarto	9,49 m ²
		52,83 m ²

Lista Compartimentos Piso 01		
ID	Designação	Área
1	Entrada	4,62 m ²
2	WC	4,47 m ²
3	Cozinha	12,54 m ²
4	Sala	16,03 m ²
5	Varanda	6,07 m ²
6	Quarto	12,21 m ²
		55,92 m ²

Lista Compartimentos Piso 01		
ID	Designação	Área
1	Entrada	5,70 m ²
2	Corredor	8,97 m ²
3	WC	4,59 m ²
4	Cozinha	8,12 m ²
5	Sala	33,06 m ²
6	Varanda	10,80 m ²
7	Quarto	14,34 m ²
8	WC	3,75 m ²
9	Quarto	14,83 m ²
10	Quarto	13,96 m ²
		118,12 m ²

O volume mais a sul agrega comércio no piso térreo, criando assim o termo frente de rua e relacionando-o com o eixo estruturante perpendicular à Rua Gomes Freire, sendo um dos limites. Estas volumetrias também são delimitadas pelo prolongamento das ruas existentes a norte, Rua Ferreira Lapa e a Rua Gonçalves Crespo, que por sua vez definem os acessos ao edificado proposto.

Estes volumes estão assentes sobre um embasamento, sendo estacionamento subterrâneo, formando entre si espaços semi-públicos e contribuindo para a permeabilidade visual entre a Rua Gomes Freire e a Rua Luciano Cordeiro, mais concretamente o lado Este, Panótico, ao lado Oeste, rio Tejo.

Na sua cobertura, é aplicado o terceiro nível do conceito de “Tridimensionalidade” (Jardins de Cobertura – Ligação Visual com o Rio).

Jardins de Cobertura – Ligação Visual com o Rio:

Neste nível prevalece a ligação visual com o rio, e conseqüentemente com a envolvente, dando ao utilizador um espaço privilegiado, não só de miradouro mas também passa a ter um imaginário de ligação ao rio, que, dá hipótese ou cria um ambiente, onde o utilizador possa pensar na realidade que deseja.

Este terceiro nível, também contribui para a sustentabilidade do ambiente, que restitui ao primeiro nível (piso térreo) aquilo que lhe foi retirado.

Face aos vários usos programáticos dos edificados propostos na área do Hospital Miguel Bombarda, este nível torna-se numa dimensão multifacetada, agregando espaços semi-públicos ou privados.

8. CONSIDERAÇÕES GERAIS

É através do acompanhamento ao espaço público, que o tema aborda a arquitetura.

O espaço público é abordado como o seguimento de bolsas e salas que tornam possível uma sucessão de percursos, revelando-se uma estrutura urbana de hierarquias diversas e não canónicas. Torna-se essencial a relação com o edificado, não tomando este último um carácter excecional ou único, incorporando-se e compondo a cidade de hoje. A zona para estar, onde se permanece, assume-se como as bolsas que nesta estrutura ininterrupta ofertam o prazer da observação e da relação entre os distintos níveis de acessibilidade, como o público e o privado, o aberto e o fechado, o interior e o exterior, etc.

Este tema refere-se à cidade firme e estável, inserindo-se num tema mais abrangente, reconhecendo a presença de bolsas de desenvolvimento e densificação nesta estrutura urbana, fazendo com que esta seja potenciada com novos graus de permeabilidade e novas tendências/ usos.

Nos últimos dois séculos, são múltiplas as estruturas na cidade consolidada, anteriormente implementadas fora dos centros urbanos, encontram-se hoje completamente inseridas e ligadas pelo crescimento da cidade.

Tal como o Hospital Miguel Bombarda foi estudado, há inúmeras intervenções ordenadas no tempo, dando solução a funções e significados díspares, que com a evolução dos tempos e com o progresso, se foram adequando e reformulando com base nas relações que se estabelecem entre o espaço público e a cidade que as rodeia.

O recuperar o Hospital Miguel Bombarda simboliza o que são hoje as nossas cidades: um palimpsesto de camadas de tempo, história e múltiplas formas de residir que, pela sua relação se vão ligando, organizando e edificando, numa paisagem elaborada e excitante.

Devemos habitar a área ou extrato contemporâneo e olhar cuidadosamente para as várias ações, fruto de várias transformações.

Podemos palmilhar esta última camada, o que permite recompor as várias peças que formam a unicidade de uma cidade, por vezes mais camuflada, outras mais visíveis, obrigando-nos a uma nova leitura dessa complexidade.

O construir é algo do presente, que inclui um passado, assim como um olhar para o futuro. É uma visão que conjuga o conhecimento e a sabedoria, permitindo concretizar transformações na realidade e que tem uma implicação direta nas questões do habitar. É uma representação entre aquilo que se quer mudar e o que se quer alcançar, assim como a hipótese de retroceder no tempo, pesquisar e perceber como se poderá dar uma continuidade.

O construir junta em si toda a história da construção e das cidades. Presume que haja um património, podendo estar ou não consolidado, mas disponível para podermos aceder ao seu passado, o solucionarmos, lermos e entendermos.

O construído narra-nos uma história, dos seus rituais, das práticas, do uso, das formas, deixando espaço para podermos fazer parte dele.

Representa um vasto território que se encontra habitado, na posse de todas as suas singularidades. O construído pode continuar a construir-se sucessivamente, devido à experiência adquirida que difunde. Existe uma obrigatória transformação com a sua apropriação. Ao reconhecer as características do construído, reconhece-se os seus resultados e impacto das pessoas, no território, nas cidades, ou seja, nas diversas paisagens construídas pelo homem.

Lisboa tem uma cultura de sedimentação que se expressa neste persistente construir no construído. Compreender a evolução do seu tecido urbano, obriga a uma abertura para aceitar e integrar as suas variações, de maneira a alcançar as melhores capacidades para poder operar sobre o mesmo.

O território que integra a cidade é um mapa complexo, onde estão inseridos outros territórios, uns em justaposição, outros em continuidade ou confronto, mas cada um com características específicas e próprias, que na sua relação, formam um complexo tecido heterogéneo.

9. BIBLIOGRAFIA

- ARNHEIM, Rudolf - *Arte e Percepção Visual. Uma Psicologia Da Visão Criadora*. Editora: Thomson Pioneira, 1998
- AUGÉ, Marc – *Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*. Lisboa: 90 Graus Editora, 2005.
- BACHELARD, G. – *The Poetics of Space*. New York: The Orion Press, 1964
- BAKEMA, Jacob – *Thoughts about architecture*. London / New York, 1981
- BANHAM, Reyner – *Megastructure: Urban Futures of the Recent Past*. London: Thames and Hudson, 1976
- BERGHAUSER, Pont – *Space Matrix: Space, Density and Urban Form*. Rotterdam: NAI Publishers, 2010
- CHOAY, F. – *O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*. 6ª Ed, São Paulo: Perspectiva, 2005
- COSTA, João – *Bairro de Alvalade - Um Paradigma no Urbanismo Português*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006
- CULLEN, Gordon; *Paisagem Urbana, Arquitectura e Urbanismo*; Lisboa: Edições 70.
- DOMINGUES, Álvaro – *A Rua da Estrada*. Porto: Dafne Editora, 2009.
- FARIAS, Hugo José Abranches Teixeira Lopes – *Edifício de habitação em galeria, contribuições para a tipologia da arquitectura da habitação*. Lisboa: FAUTL, 2003
- FREIRE, Vitor Albuquerque - *Panóptico, Vanguardista e Ignorado. O Pavilhão de Segurança do Hospital Miguel Bombarda*. Lisboa: Livros Horizonte, 2009
- GROPIUS, Walter – *The Development of modern industrial architecture*. Londres: The Open University, 1975.
- HAGGET, Peter – *Locational Analysis in Human Geography*. London: Edward Arnold, 1965
- HEIDEGGER, Martin – *Being and Time*. (trans. By J. McQuarrie and E. Robinson). London: SCM Press, 1962
- HEIDEGGER, Martin – “Building, Dwelling, Thinking” in *Poetry, Language, Thought*. New York: Harper & Row, 1971
- HERTZBERGER, Herman – *Lições de Arquitectura*. São Paulo: Martins Fontes 1999
- HEUVEL, Dirk van Den; Alison and Peter Smithson – *From the House of the Future a House of Today*. Roterdão: 010 Publishers, 2004

- JACOBS, Jane – *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000
- KOSTOF, Spiro – *The city shaped*. Londres: Thames and Hudson, 1991
- LEVI-STRAUSS, Claude – *Structural Anthropology*. London: Allen Lane, 1963
- LYNCH, Kevin – *A boa forma da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1999
- LYNCH, Kevin – *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1999
- MERLEAU-PONTY, Maurice – *The phenomenology of Perception*. London: Routledge & Kegan Paul, 1962
- MARTINS, João Paulo – *Os espaços e as práticas - arquitetura e ciências sociais: habitus, estruturação e ritual*. (Tese de Doutoramento) Lisboa: FAUTL, 2006
- MUMFORD, Lewis – *A cidade na história*. São Paulo: Martins Fontes, 1982
- MUMFORD, Lewis – *The city in history*. Middlesex: Penguin Books, 1975
- NORBERG-SCHULZ, Christian – *Existence, Space and Architecture*. London: Studio Vista, 1971
- NORBERG-SCHULZ, Christian – *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture*. New York: Rizzoli, 1980
- PEREIRA, Paulo – *Património edificado: Pedras Angulares*. Lisboa: Aura Ensaios, 2005
- POCOCK, Douglas and Ray Hudson – *Images of the Urban Environment*. New York: Columbia University Press, 1978
- PORTAS, Nuno – *A cidade como Arquitectura*. Lisboa: Livros Horizonte, 1969
- ROSSI, Aldo – *A Arquitectura da Cidade*. Lisboa: Edições Cosmos, 2001
- SCHWARTZ, Marta – *Recycling Spaces: Curating Urban Evolution*. Thames & Hudson, 2011
- TAFURI, Manfredo – *Projecto e Utopia*. Lisboa: Editorial Presença, 1985
- TELLES, G. Ribeiro; Magalhães, M. R.; Alfaiate, M. T. – *Plano Verde do Concelho de Lisboa*. Lisboa: Edições Colibri, 1997.
- WALKER, Peter – *Invisible Gardens: The search of modernismo in the American Landscape*. Cambridge: MIT Press, 1998.
- ZUKIN, Sharon – *The Culture of Cities*. London: Blackwell, 1995

10. INDICE APENDICE

1. Curiosamente, Kostof articula as formas barrocas na Época dos Descobrimentos, e posteriormente, ao entendimento do novo heliocentrismo do universo (Kostof 1991, 215).
2. A máquina já estava estabelecida na civilização clássica, de facto, Lewis Mumford define o aparecimento das civilizações antigas, através do desenvolvimento da tecnologia da máquina (Mumford 1963).
3. Será feita uma comparação, tendo como base a investigação de Kevin Lynch, equacionando Lewis Mumford com a teoria normativa da cidade orgânica.
4. LYNCH, Kevin – *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1999, pág. 11
5. Idem, pág. 5
6. Idem, pág. 20
7. Idem, pág. 19
8. Ibidem
9. Idem, pág. 54
10. HEIDEGGER, Martin – “Building, Dwelling, Thinking” em *Poetry, Language, Thought*. New York: Harper & Row, 1971, pág. 145
11. Idem, pág. 146 (tradução livre)
12. Idem, pág. 146-147
13. Idem, pág. 147
14. Idem, pág. 147-148
15. Idem, pág. 148
16. Idem, pág. 149
17. Idem, pág. 151
18. Idem, pág. 152
19. Idem, pág. 154
20. Idem, pág. 155
21. Idem, pág. 156
22. NORBERG-SCHULZ, Christian – *Existence, Space and Architecture*. London: Studio Vista, 1971, pág. 9
23. Idem, pág. 12-13
24. Idem, pág. 14
25. Norberg-Schulz faz referência ao livro de Giedion “*The Eternal Present: The Beginnings of Architecture*” (1964), no qual representa a história da arquitetura como uma sucessão de concepções de espaço.

26. NORBERG-SCHULZ, Christian – *Existence, Space and Architecture*. London: Studio Vista, 1971, pág. 15
27. MERLEAU-PONTY, Maurice – *The phenomenology of Perception*. London: Routledge & Kegan Paul, 1962, pág. 293
28. HEIDEGGER, Martin – “Building, Dwelling, Thinking” em *Poetry, Language, Thought*. New York: Harper & Row, 1971, pág. 35
29. NORBERG-SCHULZ, op. cit. Pág. 18-19
30. Idem, pág. 19
31. Ibidem
32. Idem, pág. 20
33. Idem, pág. 21
34. Idem, pág. 21-22
35. Idem, pág. 22
36. Idem, pág. 22-23
37. Idem, pág. 23
38. Ibidem
39. Idem, pág. 24
40. Idem, pág. 25-26
41. Idem, pág. 27
42. HEIDEGGER, Martin – *Being and Time*. (trans. By J. McQuarrie and E. Robinson). London: SCM Press, 1962, pág. 146
43. NORBERG-SCHULZ, op. cit. Pág. 27
44. Idem, pág. 28
45. Ibidem
46. HAGGET, Peter – *Locational Analysis in Human Geography*. London: Edward Arnold, 1965, pág. 18
47. NORBERG-SCHULZ, op. cit. Pág. 28
48. SCHWARZ, Rudolph – *Of the Construction, Cultivation of the Earth*. Pág. Pág. 11
49. NORBERG-SCHULZ, op. cit. Pág. 28-29
50. Idem, pág. 29-30
51. LEVI-STRAUSS, Claude – *Structural Anthropology*. London: Allen Lane, 1963, Chapter III
52. NORBERG-SCHULZ, op. cit. Pág. 30
53. Idem, pág. 30

54. Idem, pág. 31
55. BACHELARD, G. – *The Poetics of Space*. New York: The Orion Press, 1964, Chapter I, pág. 1
56. NORBERG-SCHULZ, op. cit. Pág. 31
57. HEIDEGGER, Martin - “Building, Dwelling, Thinking”, pág.23
58. NORBERG-SCHULZ, op. cit. Pág. 30-31
59. Telles, G. Ribeiro; Magalhães, M. R.; Alfaiate, M. T. – *Plano Verde do Concelho de Lisboa*. Lisboa: Edições Colibri, 1997, pág.82.
60. Choay, F. – *O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*. 6ª Ed, São Paulo: Perspectiva, 2005, pág. 7.

11. ANEXOS

(Esc. 1/500)



(Esc. 1/500)



(Esc. 1/100)

